



O XI DE AGOSTO

ÓRGÃO OFICIAL DO CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO

ANO VI

ARCADAS, 9 de julho

N.º 4

Redator-chefe: EDGARD DE SILVIO FARIA

Administração: RUA DO RIACHUELO, 275 — 11 and. — Salas 1.108.1.109 — Tel: 36-3233

O ESPIRITO DE 9 DE JULHO

Nenhuma força, nem a do tempo, destruirá o significado de 9 de julho.

Reverenciamos a magna data através do estro puro dos poetas, que traduzem a dignidade, os sentimentos e o desprendimento épico de uma raça. Estesia espiritual, arte revolucionária!

Gravemos em nossos cos de 23 de maio, estrugindo de novo os ares o verbo portentoso dos tribunos da revolução. Silenciemos ante o suave marulho de preces da mulher paulista, pedindo pelos entes queridos que alimentaram a epopeia constitucionalista.

Cultuemos a chama da democracia, que santificou o sangue dos que tombaram em holocausto aos elevados ideais. A altivez de que povo a quem não acovardou o relho ditatorial nem constrangeu a derrota. Deflagrado o último cartucho, continuou a pulsar em seu peito o anseio da liberdade, do retorno à tradição o democrática Venceu!

Estejamos principalmente em eterna vigília, sempre prontos a reviver o apogeu da paulistânia, encarnando os brios de uma geração impertérrita.

O espírito de 9 de Julho não exige, em seu culto, carnaval de rua e fantasia. Não é assim que se reverencia a memória dos mortos, que se cultiva a suma glória de um povo, cerne da nacionalidade. Respeitar o passado não implica em galhoar no presente.

Relembrar os feitos de um pugilo de bravos sim. Pô-los em ritmo de samba, afronta! Investida de vândalos contra um dos mais belos patrimônios histórico da Nação, monumento de civismo, desprendimento de fé patriótica!

É no santuário íntimo de nossos corações que devemos prestar a maior homenagem à memória de nossos heróis.



MINHA TERRA

Foi sob teu céu, sob os farrapos das tuas neblinas, ao amplo oxigenio dos teus sóis, que a America Brasileira fundiu entre fráguas os seus ciclos maiores e respirou, entre afirmações, as suas liberdades primeiras. Em ti, minha Terra, palpitarão todas as potencias da nossa formação.

Filhos de outras provincias, abalarão-se das distancias, deixaram querenças e pagos, largaram sitios e cidades, e vieram buscar em ti, aurir em ti na tua Academia, os rumos decisivos do seu proprio destino.

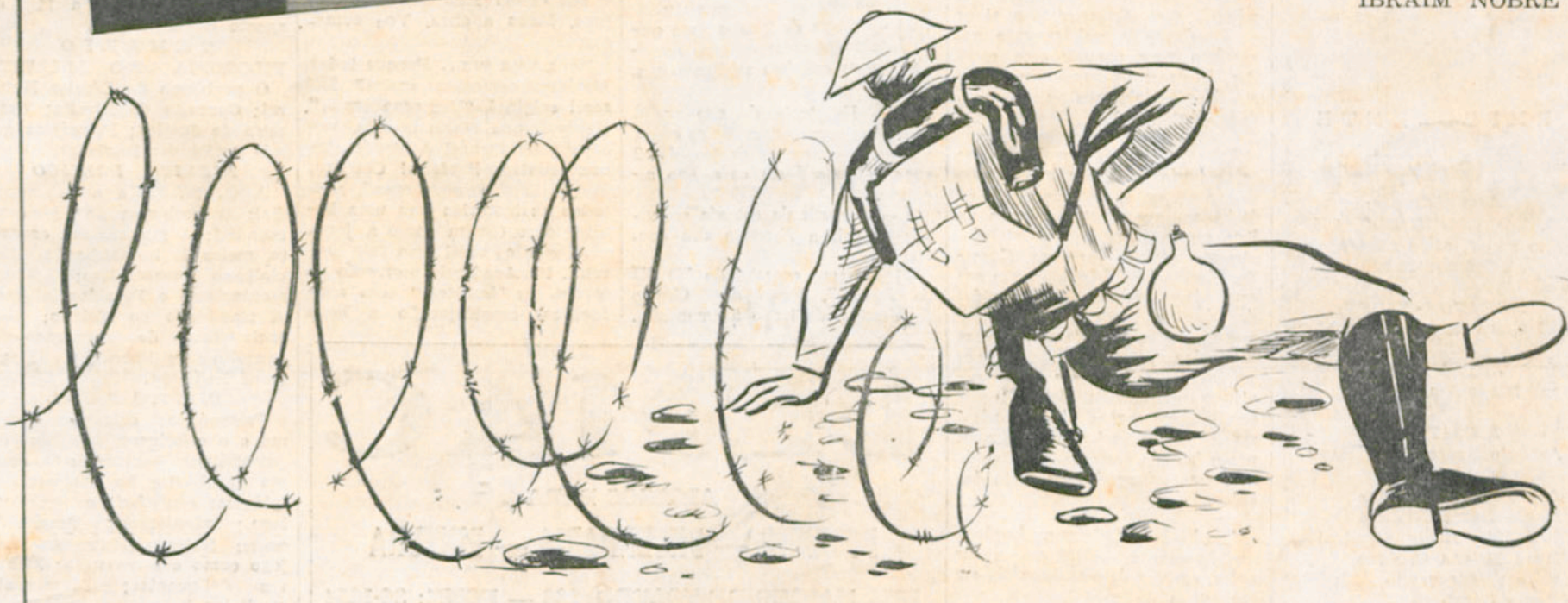
Junto à ara das catedras, adejaram revoadas e revoadas de gerações.

Pelos patios, e salas, e arcadas, e bancos, não zumbiram apenas as abelhas doiradas da juventude nem somente fretinaram as sonóras cigarras da poesia! Ali viveram também, ali ficaram, para sempre, numa comovida ressonancia, fervores e emulações, silenciosos heroismos de estudantes pobres, pensamentos dos lares, deixados lá longe, saudades das terras, de outras paisagens, e rezas, e anseios de Mães que ficaram, chorando, chamando, esperando seus filhos...

Ah! Si o Brasil quisesse escutar a propria alma! Bastava-lhe ajustar o ouvido ao coração da Academia! E escutar! E sentir! São os passos do Passado que perpassam, num fremito de sonhos que deflue. E' o reviver de todas as fanfarras. Claro éco de todas as patrulhas! E' Castro Alves que clarina! E' Ruy!

E o Brasil com certeza sentiria, nesse revôo salutar, que sua Alma ficou na Academia, como "dentro de buzio ficaria, a memoria do Mar".

IBRAIM NOBRE



Nesta Casa, às 11 horas da noite de 9 de julho de 1932 eclodiu o Movimento Constitucionalista

Faculdades Rurais de Direito

"Enquanto não houver uma definição líquida e inofensiva do governo paulista a respeito da criação absurda e discricionária de Faculdades de Direito — princípio o acadêmico Guilherme Augusto Lopes — o Centro Acadêmico XI de Agosto não abandonará as armas. Continuaremos nossa campanha de profilaxia à verdadeira "epidemia de cursos jurídicos", que desmoraliza o ensino superior e mesmo os órgãos públicos encarregados de zelar pela sanidade do mesmo".

«O que se observa atualmente em São Paulo, em face das dezenas de projetos de lei cujo espírito é tão somente criar novos bacharelescos — como se os existentes já não bastassem para paten-tear o descanso de nossos dirigentes pelas futuras elites — assume as proporções de uma calamidade. Continuando nesse ritmo, vencidos os últimos óbices pelas conveniências político-eleitorais, teremos em poucos anos a nossa cultura superior transvertida numa instituição barata e frascaria.»

AS PREDILEÇÕES DA BURGUESIA PROVINCIANA

"Na maior parte das cidades do "hinterland" paulista — prosseguiu o entrevistado — nota-se, principalmente quando atingido um razoável nível de desenvolvimento material, a preocupação da cultura. Realizar-se por si próprias através de escolas superiores indígenas — eis o pensamento geral, para o qual concorrem positivamente muitas injunções de caráter econômico-social. Emancipar-se da metrópole, formar a própria comunidade os seus próprios bacharéis.

«De maneira alguma somos adeptos da centralização do ensino superior na capital do Estado. Absurdo e injustificável. Somente buscamos impedir, na medida de nossas possibilidades, que os poderes públicos descurem de manter num nível decente e satisfatório os cursos superiores. Injustos, pois, os protestos e atitudes odiantes de entidades interioranas contra nossa agremiação universitária "exclusivista".

PAIS DE FILOSOFOS E DOUTORES

"A julgar pelos dados estatísticos do IBGE, o Brasil poderia merecer o nome de país dos filósofos e doutores. Eis que temos atualmente mais de 40 faculdades de Filosofia, das quais nada menos de 9 em São Paulo. «E! lamentável que os tenhamos em tão grande número, diz o professor Almeida Junior, pois que na maioria dos casos o corpo docente de cada uma se forma mediante improvisação. Advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos e dentistas, continua aquele membro do Conselho Nacional de Educação, que cuidavam apenas das respectivas profissões, subitamente se converteram em professores, em grau superior, de ciências e letras". A maior parte dos projetos de criação de escolas superiores dizem respeito à Faculdade de Filosofia. Muito facilita, a título de esclarecimento, os propósitos dos "cabos eleitorais" e dos comerciantes de diplomas, a barateza da instalação de um curso daquele gênero.

"Sequem-se, no atentado à moralidade do ensino superior, as projetadas faculdades de Direito. Em

São Caetano, apesar de flagrante núcleo industrial, e de não possuir instituições de cultura científica e profissional à altura, nem tão pouco número suficiente de escolas primárias, já se pretende uma "fábrica de bacharéis". Os próprios estudantes universitários de São Caetano, que estudam na capital, procuraram as autoridades públicas para protestar contra o com-plô à decência do ensino. Em Santo André, a mesma coisa. Já em Ribeirão Preto querem duas, e em Campinas já pensam em mais uma. E que dizer daquela que foi tão "mal gerada" outro dia em Sorocaba, sob as vistas gordas do Conselho Nacional de Educação, e sob a proteção de políticos influentes? "Os requisitos legais exigidos para uma Faculdade de Direito, e a que nunca atentam as conveniências político-eleitorais ao elaborar um projeto-lei, são mais ou menos as seguintes.

«Em primeiro lugar, logicamente, o interesse. Não havendo uma comunidade interessada na criação de uma faculdade, nunca poderá o poder público promover qualquer iniciativa. Urge traçar a nítida diferença que há entre o interesse comum e o interesse de um grupo. Este, quer dinheiro, quer um balcão para os seus negócios. É um verdadeiro empresário, pronto a burlar a lei e a pôr o interesse da comunidade. Esta, quer ensinamentos, quer bacharéis, e bem difícil crer que os queira relapsos.

"Temos depois as necessidades sociais, sempre visando o bem comum. Haverá receptividade, dentro da sociedade, para um número cada vez maior de bacharéis? De profissionais em ciências jurídicas, num país eminentemente agrícola como o Brasil. Num país que se volta agora para os problemas técnicos do espantoso desenvolvimento da indústria pesada? Haverá assim tanta necessidade de mais doutores? E o que é pior? de pessimistas doutores?

"Não se concebe hoje em dia que um juiz de direito, um delegado de polícia ou um bacharel, quaisquer que sejam seus dotes profissionais, possam estar à altura do magisterio superior. Absurdo! É querer fazer de ex-alunos mestres sem que entre as duas categorias haja qualquer nexo lógico, funcionalmente falando. Um advogado é a maior das vezes alheio ao Direito Romano ou Teoria Geral do Estado bem mais do que um simples clouero. Como adivinhar se ele reúne em si os predicados e o embanamento necessários para assumir uma cátedra. Bastara, às vezes, um diploma de especialização ou um "curso-fantasma"?

"Nascem numa fórmula evidente de burlar a lei e aos interessados as famosas "congregações de fachada", que existem apenas na lista que a diretoria do estabelecimento registra junto ao Conselho Nacional de Educação, que por esta altura demonstra ingenuidade adâmica. Mestres que se locomovem diariamente da capital para dar aulas centenas de quilômetros no interior. Deputados e até ministros professorais, fazem parte das "congregações de fachada", mas os que "funcionam" são sempre o juiz da comarca, o delegado e alguns advogados de fama local.

"Se há falta de bons professores, que honrem e dignifiquem a cátedra, em vez de transformá-la em banquinho de roda burlesca, não se fundem mais escolas. Que não se desmoralize mais do que já o está o ensino das ciências jurídicas e sociais, propagando assim

a formação de advogados sem a mínima habilitação, e que o mais que fazem é levar à completa falência as normas de ética profissional».

«A estabilidade econômica do estabelecimento de ensino, que pressupõe um edifício próprio, com instalações adequadas, e salários dignos aos professores, é outro dos requisitos essenciais. Geralmente, nesse sentido, também se burla a lei da forma mais rasteira. E que dizer das normas de organização de uma instituição de ensino superior, com as implicações de natureza técnica e pedagógica? Será que são observadas, ou menos no mínimo indispensáveis? Cremos que não, e os fatos estão aí, expostos à opinião pública».

DEMOCRACIA E ENSINO

"Jogamos frequentemente à face, continuou o bacharelado Guilherme Augusto Lopes, ser anti-democrático e antipático querer excluir as comunidades do interior das possibilidades oferecidas àquelas da capital, de ter suas Faculdades. Todos são iguais perante a lei, provincianos e metropolitanos.

Por isso mesmo, aqui e ali, tendo os mesmos direitos, têm os mesmos deveres. Em São Paulo não se frauda a lei, porque isso será feito no interior? Privilégio nosso ou deles?

"Têm todos o direito a uma educação de base — e falta escolas primárias. Têm todos o direito a um curso secundário ou técnico — e são os mesmos raros. Têm todos, por fim, o direito a receber da sociedade um preparo profissional, que habilite a enfrentar a vida, a ganhar-pão, e o que se nota é um verdadeiro des-caso do governo. Em vez de se reclamar contra esse direito elementar, o que se faz é levantar a voz bradando por um direito absurdo: a criação de cada vez mais escolas superiores, engrossando pretensas elites e deixando milhões no analfabetismo. No fim teremos de um lado, com a crescente desmoralização do ensino superior, falsos dirigentes, enquanto de outro analfabetos.

PARA TERMINAR

Encerrando a entrevista, o acadêmico Guilherme Augusto Lopes apresentou a lista das próximas iniciativas do Centro Acadêmico XI de Agosto, com referência à desmoralização do ensino superior e, principalmente, da classe de bacharéis em ciências jurídicas. É a seguinte:

1) Redação de um memorial, pela Comissão encarregada dos respectivos estudos, a ser enviado a deputados, senadores, governadores, centros acadêmicos, imprensa, rádio, etc.

Impressão de 5 mil exemplares dos mesmos, em papel timbrado com o seguinte «slogan»: O MAU

ADVOGADO É MAIS NOCIVO DO QUE O ADVOGADO AU-SENTE.

2) Ante-projeto de lei, a ser elaborado com a colaboração do Prof. José Pinto Antunes, com os seguintes pontos fundamentais:

a) — Prazo de 2 anos para que as faculdades recém-criadas preencham suas cátedras mediante concurso.

b) — Exigência de que as já existentes preencham 5 cátedras, mediante concurso, dentro de 2 anos, e mais 5 em cada ano seguinte.

c) — a partir da entrada em vigor da lei, a abertura dos concursos.

3) Número especial do "O XI de Agosto", órgão do Centro Acadêmico, dedicado à campanha,

Tertúlio

Positivamente eu sou um gênio. Sim eu Tertúlio não estou brincando sou um gênio mesmo. Não peço desculpas, seria o máximo da humilhação contra a minha própria consciência, uma falsa modestia ridícula. Estou escrevendo não para satisfação própria, mas para dar ao mundo, numa suprema abnegação, num espírito de amor aos semelhantes, o prazer de de-leitar-se com que eu escrevo. Riem, oh como é triste suportar o riso dos ignorantes (escrevo "triste", mas um gênio nunca pode estar triste, pois tristeza é ausência de qualquer coisa, e a mim não me falta nada). Eu sou um grande contista, não só contista mas literato também. A poesia jorra dentro de mim como cascata e os meus sentimentos são comparáveis... Não há nada comparável, não é possível comparações para a força de meus sentimentos. Mas não choro não nunca provei o gosto salgado de lágrimas, acho que nem quando nasci.

Você, que está lendo esta minha obra-prima, em qualquer parte do mundo, ou tamborilando um R'nRoll sobre minha obra estará me achando por certo um grande cínico. Mas ju-ro que não sou. Estou sendo honesto comigo mesmo, sou a expressão de um século, de uma geração, um hino à humanidade. Tenho encarnado dentro em mim o espírito dos 7 sábios da Grécia a intelectualidade de toda a raça gauliza em apenas 40 anos de vida. A "Pedra Filosofal" para mim não é segredo. Presumo até ter existido antes do concebido, não sei, mas acho ser eterno, apesar dos meus cabelos embranquecidos.

Para gaudir de vocês que lêem este prefácio vos afianço: Esta será minha obra-prima, fruto de meu cérebro, não do meu pensamento pois estou acima do pensamento; ele é meu súdito, domino-o como dominei a todos, como dominei Jurema. Foi com você que descobri minha super força, lembra Jurema? Havia um perfume de azáleas não lembro onde. Eu peguei em seu braço, e disse coisas que você jamais escutou de alguém, eu tinha uma voz tão melodiosa, era tão simpático, que você se apaixonou por mim (nem podia ser de outra forma). E foi a que eu escolhi entre todas que me queriam. Dévia ser facilímo a você gostar de mim. Depois, lhe abandonei porque um gênio não pode amar, nem se prender a ninguém. Não minta, fui eu quem não lhe quis. Fui eu, eu Tertúlio o gênio. Em vez do conto que vou começar, você que esta me lendo prefere que eu fale mais sobre mim. Quem saber o porquê da minha capacidade. Quer penetrar na minha consciência, mas não deixo (os gênios em certas coisas são egoístas, é o tributo pago a genialidade). Estou cansado de ser gênio, mas só descanso quando durmo, e sonho com Jurema. Que falta me faz o seu calor! Mas não divague-mos, Mãos a obra, Vou começar.

"Era uma vez... Porque todas histórias começam assim? EU serei original. "Veja uma era..." Notável, que efeito sonoro, vai encher de frenesi o ouvido dos concretistas. Perfeito! Continuando: "uma feia morena", sim-todas as histórias tem uma bonita loira (assim como a Jurema), mas eu terei uma feia morena. Na Academia morrerão de inveja, os "imortais" com seus fardões, amaldiçoarão a hora

em que nasceram por não ter-tido as idéias de um gênio. Já estou vendo; o mundo arrasta-se aos meus pés. Ah a glória enfim.

Mas de que adianta tudo isto? Pra quê? Este conto será publicado? A quem eu vou dar? O porteiro disse-me que entregaria a um grande editor. Mas dizem que os gênios são incompreendidos, e se ele não os enten-gar? Ainda ontem perguntei ao porteiro se estava muito frio lá fora pois enchei meu quarto de almofadas, até nas paredes. O zelo para com os gênios é tão grande. Imaginem que não me deixam sair. O porteiro que está sempre de branco, um dos meus

súditos, disse que eu não devia sair para não corromper com minha genialidade este mundo de preconceitos e assim pudesse me dedicar a minha finalidade artística e humanitária.

Sim, escrevendo vou fazer os Homens mais felizes pois absorverão de minhas páginas os sumos de um Ideal procurado por séculos. Mas, porque lá em cima aquelas grades? Ora essas preocupações físicas não perturbam um sábio, que se encontrou. Se nem Jurema me perturbou. Agora, silêncio, não façam barulho, eu Tertúlio, o Gênio, estou escrevendo...

Fim

O sentido da revolução constitucionalista

DE UM JORNAL DA EPOCA:

Os minguados e cada vez mais impopulares vixilários do poder ditatorial, na sua faina quotidiana de embuste e de embeleco da opinião pública brasileira, apregoam pelas tubas de seus arautos que o movimento paulista outra finalidade não alimenta que não seja a de ressucitar o perreppismo.

Grosseira intrugice, essa! Como se as águas, uma vez fugindo de seu leito primitivo, conseguissem voltar ao "thalweg"!

O pretérito foi o pretérito, e a vida das nações não é uma série de recuos, no campo arroteado pela política, porem uma evolução, às vezes normal, às vezes acidentada, para o futuro.

Os povos não podem voltar ao passado.

O que determinou, com efeito, a "lê-vée en masse" de todos os paulistas e de todos os brasileiros de consciência livre, que se não subordinam à férula da Ditadura nem ao mandonismo de castas, foi a noção de um sério e profundo perigo nacional. As pátrias, no momento em que sentem aproximar o suicídio coletivo, dispõem de reservas ancestrais e subconscientes extraordinárias. Foi, de fato, a percepção nascida em São Paulo, hoje berço do civismo e da cultura brasileira, de que a Nação marchava para o despenhadeiro, a decomposição de suas classes armadas, a depreciação da fundação política, o desvirtuamento dos valores mais culminantes da nacionalidade, o enlameamento dos nossos mais refulgentes padrões morais e intelectuais, o endeusamento de todas as mediocridades e a improvisação de estadistas de palha e de fãncaria — que teve o condão milagroso de converter São Paulo na esplêndida escola de guerra, contra os usurpadores do poder, contra os confiscadores das liberdades políticas, contra os assaltantes do Exército.

Não prossiga a Ditadura em sua obra negativa de falsear o sentido profundo de nossa Revolução. Nela, não há tropéis de cavalgadas caudilhescas nem o ulular de turbas enfurecidas. É a vontade galvanizada de um povo que marcha, serenamente, impávidamente, resolutamente, para repôr a Nação nos seus alicerces jurídicos e tornar o Brasil um dos mais altos valores positivos do mundo americano.

Nesta hora de tamanha vibração cívica, sobre a alma paulista se projetam e dardejiam e coruscam os lampejos e clarões da história!

A II Semana Paulista de Estudos Jurídicos

Em Baurú, de 4 a 11 de agosto de 1957.

TEMÁRIO

FILOSOFIA DO DIREITO
O problema do Direito Natural; Conceito de Direito; Conceito de Justiça; Princípios gerais do Direito Nacional.

DIREITO PÚBLICO

A O. N. U. e a paz mundial; O problema do governo mundial; A guerra, seu conceito, meios de humanização; Socialismo Democrático; Parlamentarismo e Presidencialismo; A finalidade do Estado; Sen-sacionalismo de imprensa e conceito de liberdade; Regi-mens Políticos.

DIREITO PENAL

Psicanálise criminal: o crime e o criminoso, à luz da psicanálise; Eutanásia; O crime de aborto; Embriguez patológica; contribuição médico-legal; Infanticídio; Pena de morte; Sistemas penitenciários; O jogo como contravenção; Menores delinquentes; Livramento condicional.

DIREITO PRIVADO

Divorcio e desquite; Proteção jurídica da posse; Socialização

do Direito Privado; Tendência da propriedade no nosso Direito Positivo; O Código Comercial Brasileiro e a necessidade da promulgação do novo Código; Resolução dos contratos bilaterais na falência; das promessas de compra e venda; efeitos decorrentes da forma; Vantagens e desvantagens do imposto único.

DIREITO DO TRABALHO

Unidade e pluralidade sindicais, autonomia sindical; Legislação social rural; Universalidade de trabalho; Direito do Trabalho, direito da classe.

ECONOMIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

O Sindicalismo moderno; Petróbrás; Fato jurídico e fato econômico; Monopólio; O trabalhador rural.

As teses deverão ser entregues na secretaria do Centro até o dia 15 próximo para escolha dos dois representantes do Centro, por classificação.

EDGAR ANTONIO PITON

Presidente da Comissão Organizadora da II Semana Paulista de Estudos Jurídicos.

LEMAC

ARTIGOS PARA

DESENHO — ENGENHARIA — PINTURA

RUA XAVIER DE TOLEDO, 238 — FONE: 36-1254

CAIXA POSTAL 4254 — SÃO PAULO

A alegre festa na casa do Amaral

Escreve FARRELL

Desfolhando o breviário de minhas cicatrizes a sua topografia rude apresentou-me uma de doces lembranças. Curioso como a gente se comove com as mais pequeninas coisas, quando intimamente ligadas a algo que nos feriu de profundo os sentimentos — ou a pele. No pósterio-superior da orelha esquerda.

Assim vomita o líbretto:
Bairro: Higienópolis
Data: Agosto de 55
Instrumento contundente: uma taça de azas desmesuradamente abertas.

E' só. Nada de registro quilométrico. Perderia, afinal, seu significado o que jaz indelevelmente à flor da pele.

Mas vamos à festa.
Não foi, a bem dizer um "hot party". Isto porque, muito mais depressa do que prevíamos, fomos devolvidos ao sereno da rua fria. E também não chegou a ser desanimada. Os fatos se sucederam da seguinte maneira.

O Amaral recebia às 21, horas-vítima do próprio natalício, mas só chegamos ao seu apartamento lá pelas 22, por uma questão de etiqueta. Ele nada estranhou nossa presença inesperada, pois de há muito nos conhecia como refinados papa-efemérides. Também não deu pela falta do tapete do corredor, que passara a cumprir sua humilde missão 9 andares abaixo. Por delicadeza, certamente.

Cortezia enganosa, sem bruma de dúvida, aconteceu quando o colega calvo apertou a mão suarenta do simpático serviçal:

— Conheço muito seu filho, dr. Amaral! Somos colegas há 4 anos...

E também não se deu por achado ao seu introduzido, em comitiva e posteriormente intronizado, a aquele bebado da Academia. Tudo segundo rigoroso formalismo.

Definitivamente aceita a desdita não restou ao colega Amaral senão instalar-nos precariamente na copa, onde, embora horridos nos puzemos à vontade, desembulhando cuidadosamente nossos estômagos vazios e cansados.

A primeira rodada de choque não deu para molhar tôdas as paredes, para dizer a verdade. Uns poucos respingos foram pipocar as lampadas que já babalouçavam assistidas. Croquetes esmagadas entravam, com um ruído cavo, na com posição plástica do Inóleo fazendo inveja, pela multifária inspiração, aos painéis lindamente decorados das paredes. Pálidos de desinteria, êstes babavam creme de espargo após celerada ablução.

Não foram todos, por uma preferência tôda pessoal, que batalharam com bolo de chocolate. A bem da verdade, alguns lançaram mão de mavortes menos comemorativos. O jeito bronzeado, que não era "de aniversário", fez as honras do "entreviro" tenebroso. Ossos e destroços em vida articulados numa figura ridícula, deram o que fazer a bandejas-escudo e mesastrincheira. Mas tudo cessou a um braço lanaroso do colega calvo e de óculos:

— Trêgua, please! Ay que me muero!

Pouco sobrava da copa-cuina e adjacências. Verdadeiro caso de polícia.

Fomos conduzidos a um aposento moderno, limpo e profusamente iluminado, onde puzemos-nos a despachar música pelos ares segundo a predileção e pontaria de cada um. Batalha do Microsulco. Guerra do Disco, e muitos outros epípetos recebeu aquêlê episódio da noitada de gala.

Até hoje n'ninguém sabe como começou a briga. Menos eu e o careca.

La bem em meio o baile, uns dançando frevo por sobre as poltronas, esmagando cristais com os duros soados pernambucanos (cedidos gentilmente pelo anfitrião). Outros resabiados com inveja, fustigando com olhares críticos e adagas recurvas as almofadas de seda. Acho que a culpa foi das garotas, que fizeram falta.

Um grito canalha, dois corpos engalinhados rolando e uivando por sobre o tapete persa, desengatilhando diatribes clássicas causaram verdadeiro furor. Êste o primeiro round.

O progenitor do aniversianta princípio mostrara interesse em fazer o juiz. Mas desistiu ao primeiro tiro, que arrancou calça do ferro branco.

— Chuva de prata! guincharam alguns.

— Mais! Queremos mais!...
Enfim, tudo que é bom dura pouco. Separados dois convivas, ufanos e bravateadores, um colega, por sinal muito prestimosamente,

foi à farmácia mais próxima buscar serenol para os familiares do Amaral. Para se assegurar que o zelador lhe abria a porta embaixo, pois poderia muito bem estar dormindo, o Amorim atirou um aquário mais peixes pela janela. E foi.

Souberam os acadêmicos, por esta altura, que dois tipos desabusados haviam conseguido arrombar o barzinho do velho Amaral, e absorviam um "Viuva Clicot em pleno W. C. da empregada. Sozinhos! A romaria punitiva chegou tarde demais, a tempo só de presenciar o impacto da betelha vasia sobre um telhado vizinho. Sumariamente julgados e condenados foi privada a liberdade dos réprobos e encerrados os tais naquela dependência até o final da festa. Pelo impedimento criado, foram todos obrigados a utilizar-se da vasta coleção de taças do colega Amaral, ganhadas em lindos concursos hipicos. Nunca tantos cavalos satisfizeram-se em tão poucas — conquistas!

Nada mais havia a fazer senão — como pensaram alguns — terminar rapidamente o saque (julgamos mesmo que o Amaral tivesse chamado a R. P.) e abalar rua afora.

Soltados os pássaros que piavam tristemente no jardim de inverno, exigimos alguns quios de frios, para confortar as paredes estomacais e nos fomos embora com a Venus de Milo da salete.

Foi quando chegamos à rua que notamos a falta do colega careca envidraçado de binode: o A. A. de A. Jr. Tinha voltado, o cínico em busca do guarda-chuva. Como despedida, lançou lá de cima "la ultima copa" pela janela.

E eu adquiri mais uma cicatriz... cá embaixo!

Telegrama histórico de Pedro de Toledo ao ditador

A RENÚNCIA À INTERVENTORIA

"Esgotados todos os meios que ao meu alcance estiveram para evitar o movimento que acaba de verificar-se na guarnição desta Região, ao qual adirei o povo paulista, não me foi possível caminhar ao revés dos sentimentos do meu Estado. Impossibilitado de continuar a cumprir o mandato que V. Excia. houve por bem me conferir e que sempre procurei honrar, olho fito no interesse de São Paulo e do Brasil, venho renunciar ao cargo de interventor.

"Nesta situação de fato os chefes militares do movimento constitucionalista ficaram com a delicada missão de manter a mais perfeita ordem em todo o Estado. Vejo destarte terminada a missão de paz que tentei realizar e constituiu a máxima preocupação do meu governo. Agradeço a V. Excia. as atenções que me dispensou e a que correspondi quanto em mim esteve.

"Neste transe sem par da nossa história dirijo um apelo a todos os meus compatriotas para que se unam afim de restabelecer o regime de paz e de ordem que o nosso país reclama para a sua reconstrução econômica e política. Sirvo-me do ensejo para reiterar a V. Excia. o testemunho do meu mais profundo respeito."

ESFORÇOS BIOGRÁFICOS DE

PEDRO DE TOLEDO

O Chefe dos Paulistas em 1932

Pedro de Toledo nasceu à data de 29 de junho de 1860 na capital paulista.

Concluidos os estudos primários e secundários em sua cidade natal, matriculou-se na Faculdade de Direito, bacharelando-se em 1884. Logo após a formatura, foi advo-

presidente Marechal Hermes da Fonseca. Em 1913, ingressa na carreira diplomática, sendo ministro plenipotenciário do Brasil em Roma e depois em Madri, sendo em 1922 elevado ao cargo de embaixador, em Buenos Aires, sendo o primeiro titular neste posto.

meros trabalhos, no adamente disrôa da Itália e da Grã-Cruz da Ordem de Cristo, de Portugal. Pertenceu à Academia de Letras, como membro fundador da cadeira no. 39, patrocinada por Gabriel Rodrigues dos Santos e sucedida por Monteiro Lobato. Deixou inu-



PEDRO TOLEDO ACLAMADO GOVERNADOR

gar em São José do Além Paraíba, em Minas Gerais.

Regressando a São Paulo, dedicou-se à política, desempenhando então vários cargos públicos. Foi deputado Estadual em 1905, sendo reeleito em 1907. Ministro da Agricultura em 1910, na gestão do

Abandonando a diplomacia em 1925, retornava anos depois à atividade política. Em 1932, ocupava o cargo de interventor do governo provisório em São Paulo, quando foi aclamado pelo povo o chefe da Revolução. Dirigiu o movimento revolucionário constitucionalista, como governador, com altivez, assumindo inteira responsabilidade de seus atos, sendo exilado pouco depois.

Tenente-coronel do Exército Nacional, era ainda agraciado com as insígnias da Grã-Cruz da Co-

curso parlamentares, e, no exercício da diplomacia, escreveu «Centenário do Brasil na República Argentina», "Doze discursos agradecendo Homenagens", etc.

De volta do exílio, saúde abalada pelas decepções, faleceu pouco depois, à data de 29 de julho de 1935, no Rio de Janeiro. Seu corpo foi transportado para a capital paulista, constituindo seu enterro verdadeira consagração. Foi considerado mesmo a maior márfestação de pesar jamais demonstrada pelo povo de São Paulo.



PEDRO DE TOLEDO

O Apelo de Santos Dumont

São Paulo, 14 de julho de 1932

Meus patriotas.
Solicitados pelos meus conterrâneos mineiros moradores neste Estado, para subscrever uma mensagem que reivindica a ordem constitucional do país, não me é dado, por motivo de molestia, sair do refúgio à que forçosamente me acolhi, mas posso ainda por estas palavras escritas afirmar-lhes, não só o meu inteiro aplauso, como também o apelo de quem, tendo sempre vizado a glória da sua Patria dentro do progresso harmonico da humanidade, julgar poder dirigir-se em geral à todos os seus patriotas, como um crente sincero em que os problemas da ordem política e economica que ora se debatem, somente dentro da lei magna poderão ser resolvidos, de forma a conduzir a nossa Patria à superior finalidade dos seus altos destinos.

SANTOS DUMONT



ABAIXO A DITADURA! REVOLUÇÃO! REVOLUÇÃO! REVOLUÇÃO!

Como sempre

Clark

Vale o seu preço

Filiais em São Paulo:

- Rua São Bento, 264
- Rua Quintino Bocaiuva, 238
- Rua José Bonifácio, 134
- Rua Augusto, 2934
- Av. Celso Garcia, 187
- Av. Rangel Pestana, 1767
- Rua da Moóca, 1839
- Rua São Caetano, 13

Arcadas Eça

Arthur Francisco Baptista

Arcadas, arcadas pelo peso dos anos, anos de histórias de dias de glórias e de desenganos.

Alunos e mestres cultos, não de todo falecidos, nas noites sombrias, revivem dias queridos no encontro de seus vultos, nas pedras frias dessas arcadas, arcadas eças.

A Faculdade de Direito na arrancada ...

dantes — como republicanos e incendiários". Não falhou o pressentimento.

Teve o deputado, que assim se exprimiu e viria a ser esta dista de muito renome, por certo, em mente, que a instalação do Curso Jurídico, afinal focalizado, pela lei de 11 de agosto de 1827, na cidade que fora a de São Paulo do Campo de Piratininga, viria a provocar a revivência do espírito autonomista e liberal dos bandeirantes que um dia aclamaram Amador Bueno por seu rei; e, por sua ousadia, quebraram a verticalidade da linha de Tordesilhas, configurando a fisionomia territorial do Brasil.

Temeu o parlamentar que os mestres e estudantes do Curso Jurídico de São Paulo viessem a ser republicanos e incendiários e fossem um dia mandados em ferros para as fortalezas do Rio de Janeiro; e a temência se converteu em realidade. Mestres e estudantes foram mandados em ferros para aquelas fortalezas e prisões em 1932, e dali para o exílio em Portugal.

Não tem sido realmente outro o fadário do Curso Jurídico de São Paulo. Seus mestres e estudantes, desde que os mestres foram os próprios estudantes, elevados às catedras ao pé das quais se formaram, sempre entenderam que a missão histórica daquela casa não seria apenas a de dar ao País profissionais para os quadros da magistratura, do ministério público ou da advocacia, mas acima de tudo a de preparar homens que pudessem engrandecê-lo nas letras, nas artes, na política e na administração pública, convertendo-se em sementeira de políticos e de estadistas, como aconteceu.

De quantos se aproximaram das arcadas franciscanas, nenhum melhor exprimiu o espírito da mocidade que nelas se formou, do que Joaquim Nabuco. No colégio, escreveu o tribuna exímio da Abolição, "eu ainda não sabia o liberalismo de meu pai, e nesse tempo o que ele dissesse ou pensasse era um dogma para mim: eu não tinha sido ainda invadido pelo espírito de rebeldia e independência, por essa petulância da mocidade, que me fará mais tarde, na Academia, contrapor às vezes meu modo de pensar ao dele, em lugar de apanhar religiosamente, como eu faria hoje, cada palavra sua."

Esse espírito de independência e de liberalismo constituiu ontem, como ainda hoje, o apogeu e o galardão de honra dos jovens senhores do Território Livre do Largo de São Francisco.

Naquele tempo, lembrou o advogado incomparável do Brasil em seus conflitos territoriais "dominava a Academia, com a sedução de sua palavra e de sua figura, segundo José Bonifácio. Os leaders da Academia, Ferreira de Menezes, que apesar de

formado, continuava acadêmico e chefe literário da mocidade; Castro Alves, o poeta republicano de Gonzaga, bebiam-lhe as palavras, absorviam-se nele em extase. Ruy Barbosa era dessa geração: mas Ruy Barbosa, hoje a mais poderosa máquina cerebral do nosso País que pelo número de rotações e força de vibração faz lembrar os maquinismos que impellem através das ondas os grandes transatlânticos, levou vinte anos a tirar ao minério de seu talento a temperar e a endurecer, o aço admirável que é agora o seu estilo".

Assim foi a Academia; assim há de ser: em todos os tempos, liberal. Abolicionista da escravidão, foi federalista e republicana. Abolicionista, o seu lema era o do trabalho livre na terra livre; republicana, era federalista para que São Paulo, autonomista e livre, depois de ter assegurado a integridade territorial do Brasil, pudesse trabalhar para que, com o seu próprio desenvolvimento, ele se convertesse numa grande Nação.

Na República, não se esmoreceu a velha Academia, antes permaneceu atenta e solícita para salvaguarda de suas próprias conquistas, pelejando para a manutenção de seu alto espírito e a conservação de sua fidelidade a si mesma. Nisso, jamais tergiversou. Quem lhe compulsar a história verificará que, em todos os transe da vida nacional, ela se conservou igual a si mesma. Notícia inexistente de boa causa por que não houvesse batido, consciência de seu papel e de seu prestígio.

Estavam a escoar-se os três primeiros lustros deste século. Vivía-se momento incerto como o que hoje se vive, de muito maior gravame em razão de sua amplitude o que ora se espalha. Coube naquele tempo a um poeta dar o brado de alarma para despertar a consciência cívica da Nação. Não quis porém profiri-lo no deserto. Tendo sido um dos estudantes do velho Mosteiro de São Francisco, bem se apercebeu de que sua palavra de apostolo em suas arcadas encontraria ressonância a fim de repercutir em todo o País.

"Uma onda desmoralizadora de desânimo avassala todas as almas" — pregou o poeta. Era Olavo Bilac. "Não há em cada alma a centelha criadora, que é a consciência da força e da bondade; e de alma para alma não há uma corrente de solidariedade, de crença e de entusiasmo, que congregue todo o povo em uma mesma aspiração. Hoje, a indiferença é a lei moral; o interesse próprio é o único incentivo. O "arrivismo" — hediondo estrangeirismo com que se exprime uma enfermidade ainda mais hedionda —

epidemia moral, que tende a transformar-se e a enraizar-se como endemia, envenena todo o organismo social e mata todos germes da dedicação e da fé; cada um quer gozar e viver sozinho, e crescer, prosperar, brilhar, e enriquecer depressa, seja como for através de todas as traições, por cima de todos os escrúpulos. Assim, a comunhão desfaz-se e transforma-se em acampamento bárbaro e mercenário, governado pelo conflito das cobiças individuais".

Eis retratado o País de hoje: "acampamento bárbaro e mercenário". Retratando-o, o poeta veio lançar na Academia de São Paulo, que também foi sua, como de outros poetas, a campanha pelo serviço militar obrigatório e generalizado, a fim de substituir o exercito profissional que então tinhamos, e convocá-lo em exercito cívico, de que coparticipassem todos os brasileiros natos, tanto que atingissem a idade propícia ao serviço militar.

E os moços de São Paulo inauguraram. O paladino chegou no momento oportuno; e venceu. Já estava em preparo, pelos moços das Arcadas, o lançamento de movimento cívico e patriótico. Estava em ebulição a ferveura a ponto de explosão. Pleiade de moços nisso se empenhavam, alguns já levados, pela lei da morte, para o outro lado da vida, como Clovis Ribeiro, Amado Sarti Prado, José Alves Cerqueira Cesar Neto, Abelardo Vergueiro Cesar, Waldomiro de Almeida Vergueiro, Thomaz Lessa, Jairo de Góis Joaquim Sampaio Vidal, Arnaldo Vieira de Carvalho Filho, Raul Afonso Machado, Antonio Carlos de Abreu Sodré, Mario Bastos Cruz, Americo de Moura, Tito Prates da Fonseca e outros. Outros, graças a Deus, ainda vivem e são Julio Mesquita Filho, que, com Clovis Ribeiro, foi o iniciador do movimento, Prudente de Moraes Neto, Christiano Altenfelder Silva, Francisco Mesquita, Antonio Octavio Paranaçuá, Cyro Freitas Vale, José Soares de Melo, Ernesto de Sousa Campos, Henrique Neves Lefreve, Cid Castro Prado, Afonso Paes de Barros, Vicente Ancona, Francisco Alves dos Santos Filho, Teotônio Monteiro de Barros Filho, Orlando de Almeida Prado, Arthur dos Santos, João Mendes Neto, Paulo Arantes, Henrique Vilaboim, Rafael Sampaio Filho, José Leonel de Rezende, Arquimedes Guimarães, Paulo Nogueira Filho, Antonio Feliciano Alberto Saboia e outros.

Três professores supervisionariam o movimento nacionalista — Pedro Lessa, Reynaldo Porchat e Frederico Vergueiro Steidel.

Sob tais auspícios, a campanha bilagueana entrou imediatamente em execução, assim que se abriu a inscrição do voluntariado para as manobras do Exercito que se realizariam no campo de Gerinó, no Rio de Janeiro. Os quarentas lugares destinados aos voluntários paulistas tiveram que estender-se para trezentos estudantes da Faculdade de Direito, da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina, que vestiram e enobreceram, com o seu entusiasmo e seu ardor cívico, as fardas do Exercito Nacional.

Esses entrosamento dos moços das três casas de ensino superior ensejou a primeira instituição universitária de São Paulo — a Liga Nacionalista, criada em 1917, cuja primeira diretoria se compôs de Frederico Vergueiro Steidel, professor da Faculdade de Direito, como presidente; do professor Paula Sousa, diretor da Escola Politécnica, como primeiro vice-presidente; e do professor Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina, como segundo vice-presidente. Tocou a tesouraria a um antigo aluno da Faculdade de Direito — José Carlos de Macedo Soares; e a secretaria a um estudante, Abelardo Vergueiro Cesar, que lhe deu o dinamismo de seu eficiente e entusiasmado realizador.

Tinha a Liga Nacionalista por programa manter e desenvolver o espírito de solidariedade nacional e a coesão material das unidades federais, propugnando pela verdade eleitoral por via do voto secreto e obrigatório combatendo a fraude eleitoral; pelo desenvolvimento do ensino superior, secundário e primário e profissional; pela difusão, em todas as classes sociais, da educação cívica e do culto do patriotismo, exaltando o pelo estudo dos problemas condizentes com a prosperidade e dignidade do País; pelo fomento da criação das linhas de tiro; pelo zelo da boa execução das leis de preparo e organização militar; e pelo aprimoramento do ensino da língua e da história do Brasil e obrigatoriedade de seu ensino nas escolas estrangeiras.

Não é este o ensejo para fazer a história da atuação da Liga Nacionalista, senão apenas para salientar que, em dois momentos, ela prestou serviços assinalados à população de São Paulo, assistindo-a a socorrendo-a, assim na epidemia da gripe de 1918, como na ocupação de São Paulo pelos revolucionários de 1924, chefiados pelo general Isidoro Dias Lopes, que lhe valeu o fechamento, por decreto do então presidente da República — Artur Bernardes.

Desaparecida a Liga Nacionalista, seus membros, em boa parte, lhe recolheram o espólio de idealismo e de atuação cívica e patriótica, concorrendo para a formação do Partido Democrático, em 24 de fevereiro de 1926, na Chacara de Carvalho, a antiga mansão do conselheiro Antonio Prado, que foi seu primeiro presidente, sucedido pelos professores Luiz Barbosa da Gama Cerqueira, Francisco Morato, José Joaquim Cardoso de Melo Neto e Waldemar Ferreira, da Faculdade de Direito.

Desse partido, e igualmente do Partido da Mocidade, participou ativamente a mocidade dos cursos superiores de São Paulo, que continuou, por via dele, a bater-se pela moralização dos nossos costumes políticos, especialmente pela implantação de regime eleitoral que tivesse por base o voto secreto e obrigatório e sua apuração e reconhecimento dos eleitos por justiça especial, que assegurasse a expressão da vontade popular a todo transe.

O ambiente geral do País, naquela fase histórica, insuspeitamente observou José Maria Belo, "era o mais propício

as oposições. Se o entusiasmo das massas populares, que acorreram aos "meetings" nos locais grandiosos públicos, era antes de superfície, entusiasmo de multidões prestes sempre a comover-se com palavras e promessas demagógicas, mais sincero se afigurava o apoio das classes que poderiam ser chamadas burguesas, de baixo, médio e mesmo alto nível. O regime oligárquico, não permitiria jamais governos de essência popular, o que não impediu, aliás que, em certos momentos, ao impacto das circunstâncias extraordinárias alguns deles — teria sido o caso de Floriano Peixoto — parecessem simbolizar os sentimentos das grandes maiorias. Desde a campanha civilista de Ruy Barbosa, ter-se-iam acentuado o isolamento e impopularidade dos governos, agravados fortemente na sucessão de Eitacio Pessoa. Os chefes do executivo federal, como os dos Estados, encarnariam os aparelhos de compressão das liberdades públicas e da corrupção política e administrativa, capazes por si só de justificar as revoluções".

Não era diverso o sentir da Faculdade de Direito de São Paulo, da qual mestres e estudantes em boa parte, se empenharam na luta contra aquele passo, particularizações que poderiam parecer ociosas. É de lembrar todavia que no embate partidário daquele momento histórico, nos últimos dias de julho de 1930, o País, se emocionou com o assassinio de João Pessoa, numa confeitaria no Recife.

Comungando da grande maioria, que enlutou a Nação, os estudantes lhe homenagearam o regime. Não tem cabida, neste momento, colocando ao pé da estatua do segundo José Bonifácio, que então se erguia no largo de São Francisco, um retrato, cercado de flores, do político parabano, exposto a consagração popular. Foi nos primeiros dias de agosto de 1930. Improvisado comício, em que oraram os estudantes José Dias de Menezes, João Baptista de Arruda Sampaio, Lauro Cerqueira Cesar, Romeu Lourenção, Henrique Brito Viana, Fernando de Martino, Farcy Miranda, Paulo Marzagão, resolveu o povo desfilar pelas ruas do centro da cidade levando a frente a bandeira nacional. A isso se opôs a Polícia. Arrancada pelo delegado a bandeira, seguiu-se o tiroteio por parte dela, a que os estudantes responderam com as armas que retiraram da sala de Armas da Faculdade de Direito, havendo necessidade da intervenção, solicitada pelo diretor da Faculdade de Direito, e forças do Exercito, para a cessação do conflito de que resultaram ferimentos e morte.

Os estudantes naquela emergência, com o apoio dos mestres com eles solidarizados, agiram com indistigável bravura cívica que os engrandeceu.

Precipitaram-se acontecimentos políticos de tal monta e de tão grandes reflexos na vida nacional que o movimento de 1930 se tornou vitorioso, erguendo novos marcos na trajetória histórica do País.

Dessa revolução participei eu, assim nos labores de sua propaganda, quanto nos de sua eclosão, convencido de que bem cumpria meu dever de cidadão e de patriota, nas fileiras do partido a que pertencia e de que tive a fortuna de ser um dos fundadores e seu derradeiro presidente. A revolução de 1930

se desfecho por imperativo histórico, na indomável fatalidade; e era inevitável diante dos erros políticos que haviam acumulado e contra os quais eu vinha me batendo desde a juventude. Minha palavra pela reconstituição de nossos costumes políticos se fez ouvir desde os pampas sulinos às regiões adustas do sententrião brasileiro. Orei com o entusiasmo dos convictos e a coragem dos paladinos. Jamais me arrependi daquela pregação cívica, ditada pela sinceridade de minha consciência, amiga fidelíssima, que nunca me traiu. Ainda agora, neste estado crespuscular de minha vida, ela me premia com o consolo suavíssimo e reconfortante que o dever cumprido proporciona aos que agiram de boa fé, e com dignidade como que iluminados de centelha divina.

Não tive, nem tenho que penitenciar-me. A penitência é o castigo que a consciência impõe aos que, submetendo-se a autocritica, reconhecem os seus pecados e por via dela buscam a redenção espiritual. No tumulto de minha carreira política não me sobrou tempo para pecar. Pudeste o readquirir e energia daqueles dias e certamente eu tomara sobre mim de novo, as responsabilidades de igual conduta, reerguendo o labaro das reivindicações contra a situação política do momento que passa, de maior e mais desabusado gravame do que os que levaram àquela labuta, de que me envaideço.

Idealista, sem ter tido nunca a preocupação de postos e cargos, de riqueza muito menos, senão de encargos e de sacrifícios revolucionários de 1930, para a eu me engajei no movimento realização dos postulados políticos que aprendi, como estudante, na Faculdade de Direito, e depois de formado, como antigo aluno, me levaram às fileiras da Liga Nacionalista.

As revoluções todavia não correm serenamente como as águas dos rios em seus leitos; e mesmo essas águas no seu percurso para o rio maior ou para o mar, sofrem anteparos que as fazem borbulhar em cachoeiras e derramarem-se pelos espraços, formando regiões pantanosas e até pestilentas. Quebradas as barragens da ordem jurídica, as águas revolucionárias subvertem o ambiente o ambiente, quando inaptas para a purificação.

Quem teria, em 1930, senso divinatório tão arguto para prever que o vitorioso de então, que veio para o governo no embalo da onda revolucionária para a chefia do Governo Provisório da República e se mostrou tão desabusado no seu poderio, quando aplaudido pelas turbas, que o endeusaram, haveria, ele próprio por suas próprias mãos, condenado por sua consciência na autocritica a que se submeteu, de por termo, tragicamente, a sua vida, afogado no mar de lama e de miserias miseráveis em que afundou a Nação que é nossa muito mais do que era dele?

Se o ditador de 1930, que o foi com interregno de pouco mais de um lustro; até 1954, se penitenciou de seus erros, que foram imensos, e de seus erros que foram mortais, flagelando-se moral e fisicamente — nós outros, os que deie nos desquitamos logo depois da vitória e o combatemos, de armas nas mãos, aqui estamos agora a bem dizer a Deus, por nos ter dado a graça da comemoração de nossa rebeldia, na explosão justa de um povo ferido em sua autonomia e em sua liberdade. Levantemos as mãos ao alto pela beatitude de nossa insurreição gloriosa, dominada, mas invicta!

EQUIPAFENTOS COMPLETOS PARA COZINHAS INDUSTRIAIS

— BALCÕES TÉRMICOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS —

MESAS — PIAS — RESERVATÓRIOS

APARELHOS PARA PRODUTOS QUIMICOS

ARTEFATOS EM AÇO INOXIDAVEL

Irmãos Sartorio Ltda.

RUA SALVADOR LEME, 374 — FONE: 34-9041

FUNDADA EM 1893

D. R. DANTE NESE

Médico

Atende os estudantes de Direito do Largo São Francisco gratuitamente

R. da Quitanda, 93, das 15 às 17 horas

O órgão centralizador das forças civís

Em meados de outubro de 1931, um grupo de acadêmicos de Direito, com a participação também de estudantes de outras Faculdades, deu início ao que viria a ser a Liga Paulista Pró-Constituinte, verdadeiro "partido em torno da Constituinte". Foi uma reação lógica em face dos desmandos da ditadura, e da política do governo central, procurando por todos os meios humilhar a gente paulista.

Os estudantes de Direito sabiam, através de contactos, que tinham o apoio do Exército sediado em São Paulo, da Fôrça Pública e que estavam agindo de acordo com os anseios populares. E tiveram início as demarches.

A diretoria provisória da Liga foi composta pelos acadêmicos Antônio Gomes de Mattos, Mário Angelo Capocchi (os dois da Faculdade de Direito) e José Andrade Telles de Mattos, da Escola Politécnica Lançada a semente da idéia, houve adesão em massa dos estudantes paulistas, mais elementos estranhos à classe, os quais culminavam com a figura do coronel do Exército Theopompo Vasconcelos que havia sido a pouco reformado pelo ditador por ser contrário à atuação do governo central. Chefiava então, o estado-maior da 2.ª Região Militar (São Paulo). Dentre os civís também se destacavam o jurista Paulo Lacerda, João Mangabeira, Júlio Mesquita Filho, Paulo Duarte e Antônio Pereira Lima.

Instalada na rua Cristo-



O COMANDO DO "14 DE JULHO"

vam Colombo, no 1, 4.º andar, sala 447, em edificio situado ao lado da Faculdade, continuou a Liga a receber adesões. Eleita a diretoria definitiva, obedeceu ela à seguinte constituição: Presidente — Roberto Victor Cordeiro; Vice-presidente — José André Telles de Mattos; Segundo Vice-presidente — Rui Ferreira da Rocha (falecido); Secretário-geral — Mancel Carlos Ferraz de Almeida; Primeiro-Secretário — José Fleury Silveira; Segundo-Secretário — Aulus Plautius Coelho Pereira; Tesoureiro-Geral — Antônio Gomes de Mattos; Primeiro-Tesoureiro — Sebastião Portugal Gouveia — Segundo-Tesoureiro — Mário Angelo Capocchi; — Procurador — Oscar Méléga.

Através de comícios, manifestos, contactos com altas patentes militares, con-

seguiu a Liga despertar o interesse dos políticos pela Revolução, principalmente por força de demonstrações, através do sucesso de sua obra, que teria qualquer iniciativa revolucionária repercussão popular. E o movimento, que estava marcado para eclodir à data significativa de 14 de julho, irrompeu, por força das circunstâncias, alguns dias antes. Daí o motivo da formação de um batalhão com a denominação daquela data — O Batalhão Universitário 14 de julho — do qual fizeram parte os componentes da Liga, em sua maior parte.

... «Quosque tandem, Catilina, abutere patientia nostra.»

Bem que poderíamos adaptar esta tão incisiva frase do grande e notável Cícero, sem qualquer elogio exagerado o maior orador romano da sua época, para a atual e periclitante situação da nação brasileira, em face dessa pernicioso corja de homens dispendiosos que, através as mais vis e infames falcatruas, conseguem para infelicidade nossa escalar os mais altos e honrosos postos do nosso governo. Pobrezinhos, operários, todos eles originados geralmente da infima classe popular, antes das eleições, querem sem qualquer sombra de dúvida cobrar juros extorsivos, uma vez galgada a almejada meta, acomodando por completo a sua situação social, como também alicerçando para sempre a sua posição financeira, locupletando-se nos cofres públicos, olvidando outrossim aqueles que com suor e sacrificios os colocaram em tão merecida altura.

O povo, este infeliz povo do nosso caro Brasil, quase sempre iludido pelas longínquas e resplandescentes miragens que esses desonestos cidadãos, para não tãhá los de deturpa'ores, p'ntam a largas pinceladas em nosso cenário político, cai de roldão, desfalecido diante da fatalidade crua de uma ilusão finalmente compreendi-

Centro Acadêmico "XI de Agosto"

Balancete Financeiro Referente ao Período de 1-5-1957 A' 31-5-1957

ATIVO

IMOBILIZADO

Movéis e Utensílios		
Restaurante	71.056,00	71.056,00

REALIZAVEL

C/C/ Dep. Apostilas	60.000,00	
C/C/ Dep. Feminino	10.000,00	
C/C/ Dep. Jurídico	7.000,00	
C/C/ Cooperativa de Livros	20.000,00	97.000,00

DISPONIVEL

Caixa	29.335,00	
Bancos	436.489,40	465.824,40

DESPESAS

Tesouraria Central	37.000,60	
Restaurante	4.723,00	
Departamento Jurídico	4.750,00	
Gabinete Dentário	6.446,50	
Departamento de Cinema	1.020,00	
Departamento Cultura	1.400,00	
Departamento Imprensa	145,00	
Associação Atlética	1.130,00	56.615,10

RECEITAS

		TOTAL PARCIAL	633.880,40
--	--	---------------	------------

SUBVENÇÕES RECEBIDAS

Estádio	400.000,00	
Departamento de Apostilas	10.000,00	410.000,00

ANUIDADES E TAXAS

Recebido durante o mês	93.400,00	93.400,00
------------------------------	-----------	-----------

TESOURARIA CENTRAL

Saldo Disponível em 30-4-1957			
Caixa	658,00		
Bancos	186.437,50	187.095,50	
		TOTAL GERAL	690.495,50

GUILHERME AUGUSTO LOPES — Presidente
DAVID TULMANN — 1.º Tesoureiro
RENATO A. R. CESAR — 2.º Tesoureiro
GERALDO A. M. FILHO — Pres. do Conselho Fiscal
SANSÃO SAPOZNIK — Contador C. R. C. 22.982

Faleceu o "vovô" das Arcadas

Na tarde de 11 de julho, a Faculdade recebeu a notícia: José Epaminondas do Oibveira após prolongada doença faleceu. Ninguém queria acreditar que o "querido vovô" da Portaria, desaparecera. Há três anos atrás, ainda os acadêmicos prestaram-lhe, várias homenagens, quando da sua aposentadoria, depois de 50 anos como funcionário da Faculdade, deixando para substituí-lo seu filho o já tão conhecido Joaquim da Portaria.

"Vovô Epaminondas", era a figura mais popular das Arcadas, sendo venerado por alunos e advogados, por sua compreensão e dedicação aos acadêmicos, a quem tratava como verdadeiro vovô.

O C. A. XI de Agosto, por intermédio do seu Presidente, Guilherme Augusto Lopes, ofereceu a sala dos Estudantes para que ali ficasse o corpo do bom velhinho. A esta homenagem, seu filho Joaquim agradeceu, mas não pôde aceitar, pois a última vontade do "vovô", era sair da casa do seu filho.

O C. A. XI de Agosto, mandou uma Corôa e no enterro falou o seu 1.º orador Rafael Valentino Sobrinho. Ainda foi mandada rezar fóra tão seu amigo.

missa de 7.º dia, como uma das homenagens dos acadêmicos a quem

ADEUS VOVÔ EPAMINONDAS.

Restaurante Spadoni

COSSINHA INTERNACIONAL

Pizzaria

UMA TRADIÇÃO DE SÃO PAULO A SERVIÇO DO BOM PALADAR

Av. Ipiranga, 916 — Tel. 34-1651

NESSE RITMO...

da, vítima da sua própria ignorância e volubilidade.

Mes no mais das vezes o enigma das eleições apresenta-se tão complexo que não poderíamos culpar de forma alguma o povo por não sufragar nas urnas a quem de direito e de méritos. A verdade é que geralmente aqueles que mais aptidão e discernimento possuem para a escolha do melhor encontram-se numa dúvida tal que os impede de eleger conscientemente o candidato de maior eficiência. Muitas vezes perguntamo-nos a respeito deste assunto de transcendental importância para a vida social, sem receber uma resposta da consciência, que é a mais exata bússola que temos n'alma. E quando o farol da nossa consciência não mais indica o rumo a seguir, quando a perfeição ideal de uma consciência sadia não mais se define, estejamos certos de que o sintoma que se nos antepara é dos mais graves.

Ora, ainda recentemente os nossos inteligentes e perspicazes deputados assombraram-nos com o mais incrível e absurdo projeto, que levado à votação como não poderia deixar de ser imediata e imoralmente aprovado. E' a chamada "EMENDA CADILLAC", na qual o nosso Centro sempre

demonstrou desconfiança na sua realização, mas que uma vez aprovada mereceu de nós as mais profundas verberações e os mais decididos vitupérios, por ser uma pretensão espúria da mais egoísta e desinteressada mentalidade governamental de todos os tempos. País de caráter altamente lutador, enfrentando no momento os mais difíceis e delicados problemas para a melhoria e solução definitiva da nossa produção agrícola e industrial, os nossos ilustres comandantes votam no plenário, contra a expectativa geral, uma lei, que por todos os deuses do Olimpo será inserida na Constituição, a fazer companhia indesejável àquelas que outrora, quando ainda a nossa hoje infeliz Câmara legislativa era o ninho das águias (atualmente o é — "dos águias"), foram produzidas por um gênio e capacidade jurídica do quilate de um "RUY BARBOSA", de um "RIO BRANCO", e outras expressões máximas da nossa legislação, que se acham certamente incluídos em o número dos mais eminentes vogais do mundo inteiro.

"O tempora, o mores". Hoje em dia o nosso distinto congresso está transformando as salas da assembléia em escritório de co-

mércio rasteiro, as mesas em «balcões de empório», onde desonestamente "mercadejam", usando como título de crédito o futuro já incerto do nosso ingênuo povo, em favor dos seus mesquinhos interesses.

Pouco importa que todo poder venha do povo, segundo reza a nossa tão espezinhada Constituição. A Constituição pouco lhes vale.

Está na hora de nós, quais Cíceros da atualidade, apostrofarmos veemente esses infelizes demagogos vendedores da pátria, que — quais Catilinas modernos nem sequer querem esconder-se fora dos muros da cidade, e sim dentro de magníficas "CADILLACS", importados sob os olhos complacentes da Constituição, por eles mesmos deturpada.

«PROFICISCEMINI, VENDITORES PATRIAE, PORTAE PATENTI!»

Sim, as portas para eles estarão sempre abertas para saírem.

Que partam o quanto antes, dando-nos assim um pouco mais de sossego, que tanto desejamos e merecemos! Que o façam sem olhar para trás não seguindo o exemplo da mulher de Lot, transformada em estátua de sal, como castigo da sua curiosidade. Afastem-se, por obséquio, a fim de que nós, sem esses óbices e trambolhos desnaturados, possamos levar a nação nobre e gloriosa, cujo passado demonstra em sua face a luta árdua e a tarefa insana por um Brasil melhor, senhor que é de um solo fértil e de um povo pujante, a ocupar o lugar que lhe está reservado, e que lhe é de direito, entre as mais respeitadas potências de todo o globo.

Antonio Onizwildo Tilleli

'As armas Paulistas!

"Procurando trabalhar pela organização dos batalhões civís que deverão permanecer de prontidão, aguardando o momento de entrar na luta armada que se esboça, a Liga Paulista Pró-Constituinte, pelo presente, concita a todos os paulistas válidos que verdadeiramente amam São Paulo a comparecerem ao edificio da Faculdade de Direito, onde receberão armas e serão devidamente incorporados.

"Ao mesmo tempo, a Liga Paulista Pró-Constituinte, órgão da mocidade bandeirante, lança um appello sincero e cheio de amor às mães paulistas para que autorizem seus filhos a se empenharem na campanha pela defesa da honra de São Paulo."



17

Guarda-pó para Viajantes em ótimo Cretone bege, modelo capa, ótimo resguardo para o terno \$ 305,00

CASA PAIVA

RUA SÃO BENTO 259
FONES - LOJA 32-0423 • 1.º ANDAR 32-8866

DE MODAS S.A.

A casa das multidões!



BIBIS de Cretone para enfermeiros, etc. \$ 28,00
MASCARAS de cambraia para enfermeiros \$ 15,00

AVENTAIS PROFISSIONAIS

Esta secção, agora amplamente desenvolvida, oferece confecções de fino acabamento para MEDICOS, DENTISTAS, PROFESSORES, QUIMICOS, VIAJANTES, ENFERMEIROS, TECNICOS, GARÇONS, PAGENS, etc., pelos menores preços!



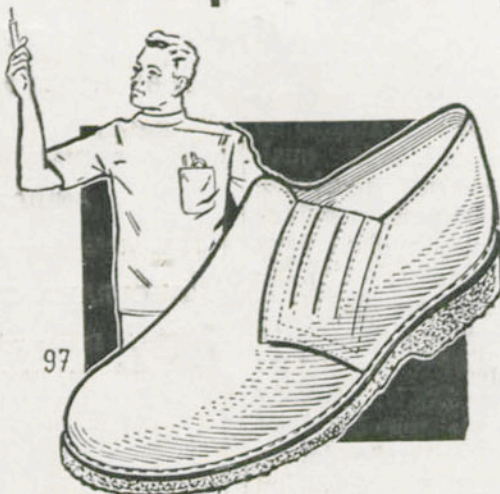
sapatos profissionais



Paletó branco de ótimo Brim especial para Garçons, Feirantes, Cabeleiros. — Apenas \$ 250,00



Paletó de brim branco, ótima confecção para Médicos, Pronto Socorro etc. Agora \$ 325,00



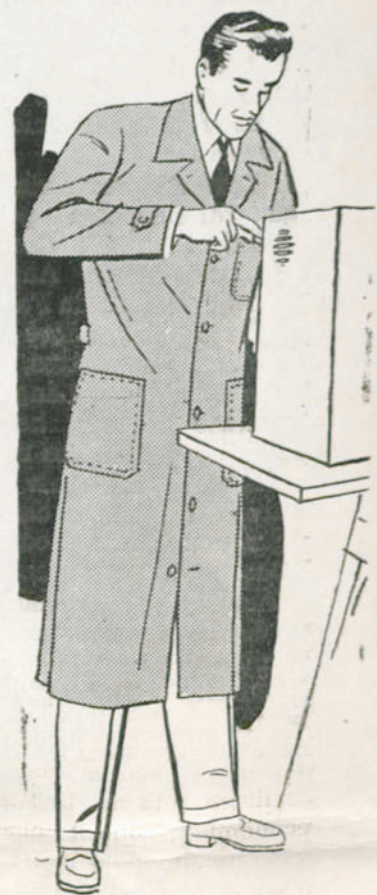
97

Artigo fino, tipo Pecury branco, com sola de latex espuma, para medicos e outros profissionais. Agora \$ 550,00



93

Sapatos de carmuça branca, com sola de latex espuma, bem leves, para enfermeiras. Apenas \$ 436,00



Para Técnicos ..
Ótimo avental de Cretone bege queimado, pratico e duravel \$ 305,00



25

UNIFORMES

Modelo vestido para empregadas domesticas

BRANCO \$ 195,00
AZUL Mescla \$ 220,00
AZULÃO \$ 187,00
BRIM listrado . \$ 180,00



29

N.º 29 — AVENTAL de ótimo cretone branco com a saia toda pregueada, bolsos amplos, para enfermeiras \$ 205,00
N.º 15 — AVENTAL de Cretone superior fino acabamento para medicos, dentistas, cabeleiros, etc. \$ 290,00

O mesmo modelo em Cretone branco tipo reclame, especial para Estudantes de Medicina, etc. Apenas \$ 155,00
CALÇAS de brim branco especial para medicos, etc. \$ 275,00



15



27

N.º 27 — AVENTAL de Cretone branco para enfermeiras, professoras, cabeleireiras etc. Tam. 48 \$ 350,00

TOUCA para enfermeiras \$ 57,00

N.º 13 — AVENTAL de Cretone branco para medicos, quimicos, enfermeiros, professores, etc. \$ 350,00

N.º 23 — AVENTAL de Cretone branco, modelo amplo para pajem \$ 102,00



23

Snrs. Profissionais: peçam nossos folhetos ilustrados, remessa gratis!

A MAGICA DE BRASILIA *Brazão dos Paulistas*

Nos comentários com que o ilustre presidente da NOVACAP distinguiu minha recente palestra na televisão, quando eu disse (coisas que toda gente sabe) que Brasília é uma insensatez, há dois conceitos que merecem ser destacados porque revolucionam a Ciência Econômica, descobrindo o meio de realizar o progresso a golpes de magias, sem esforço nem poupança.

O primeiro é que nas contas de custo da nova Capital feitas pelo sr. Israel Pinheiro não se inclui a parte que foi executada pela iniciativa privada, como edifício de comércio e de moradia, transportes urbanos, rede telefônica etc.

Não parece ter ocorrido ao ilustre presidente de Brasília que todas estas obras se executam com fatores de produção e com capital; que a economia nacional não se limita à economia do governo; que a capacidade de investir depende das economias realizadas sobre a renda nacional do país e não sobre o orçamento do Estado; que quando me referi, muito justamente, a dezenas de bilhões de cruzeiros, eu tratava de bilhões a serem extraídos da economia nacional (savings, epargne, poupança) e não ao orçamento do Estado; que o progresso (desenvolvimento econômico) depende da eficiência e da produtividade dos investimentos que se realizam com as limitadas economias; que a construção em um país pobre, de uma nova Capital quando já existe uma outra constitui um desperdício, que é mais do que uma insensatez, é um crime contra a economia do país; e que aqueles fatores de produção e aquele capital esbanjado na fantasia da criação de uma nova cidade, vão fazer uma falta imensa em tantos outros setores anêmicos da nossa economia.

O compute, como o faz o

presidente da NOVACAP do que Brasília vai custar ao governo em vez do que Brasília vai custar ao Brasil, isto é, à economia nacional doze bilhões de cruzeiros, constitui o primeiro passe de magia. Brasília sai por isto é quase de graça.

O segundo passe é mais pitoresco. Refere-se à possibilidade de realizar empreendimentos e criar riquezas, riscando no chão umas tantas linhas para dividir o terreno em lotes, vendendo os ditos lotes e construindo a Capital com o produto da venda. Nada mais simples.

A ideia de que o loteamento cria riqueza só podia ter medrado em cabeças já profundamente infiltradas de inflação. Não parece ocorrer ao expresidente da Comissão de Finanças da Câmara que esses lotes terão de ser adquiridos com economias (poupanças) privadas; que essas economias são limitadas (regulam de 10 a 15 por cento de renda nacional) e que outra grande parcela há de ser absorvida pelas construções a fazer sobre os lotes comprados; que essas construções representarão casas, lojas etc. para gente que delas já está provida no Rio de Janeiro; que os palácios da Fazenda, da Educação, do Trabalho, da Guerra, do Catete e tutti-quanti, passarão a constituir no Rio de Janeiro um monumento ao Desperdício; e — mais do que tudo — que o desvio dessas economias para lotes e casas em Brasília em vez de estradas, portos, energia ou petróleo etc., constitui um crime contra o desenvolvimento econômico do país.

Já vi muita magia engraçada. Mas esta de fazer surgir uma Capital do Nada, arrancando do loteamento os recursos para construí-la, é realmente de mestre.

Referem-se também os

O CENTRO ACADÊMICO "XI DE AGOSTO" AO POVO PAULISTA

Os olhos de todos os brasileiros voltam-se no dia de hoje, para a terra paulista.

Comemora-se a jornada heróica dos moços que verteram seu sangue, ontem, para que melhores dias sorrissem à Pátria de hoje.

O sacrifício desses heróis terá sido em vão?

Embora a apatia de uns, a indiferença de outros, o carreirismo, o materialismo e o despudor de muitos possam fazer parecer que a mocidade de hoje não está à altura do legado estão os moços vigilantes, em prol das conquistas de seus penates.

Onde um direito fôr vilipendiado, onde um fraco fôr oprimido, onde um interesse legítimo fôr postergado, aí surgirá, imediatamente, o pronunciamento da juventude hodierna das arcadas, cônica da alta responsabilidade que lhe legou, pelo exemplo heróico de 1932, a geração de antanho.

Arcadas, 9 de julho de 1957.

a) GUILHERME AUGUSTO LOPES

Presidente do C. A. "XI DE AGOSTO"

comentários ao aspecto político do problema, que se diz inacessível a um simples técnico e só abordável pelos iniciados nos conceitos esotéricos da política.

O equívoco está em confundir politicagem com política. Concorde em que a primeira só se aprende pela prática e por vocação inata; mas política com P grande, a política de "visão panorâmica" a que se refere o sr. Israel Pinheiro, não se pode deixar de fazer parte da bagagem cultural de qualquer homem instruído, maxime dos que se ocupam de ciências sociais.

Política pode ser definida como a arte de levar as elites ao poder, isto é, de entregar aos mais capazes a direção do país. O único argumento valioso a favor da mudança da Capital seria portanto o de que os mesmos políticos que no Rio de Janeiro fracassam em sua missão de governo tornariam-se, uma vez transplantados para Brasília, verdadeiros homens de Estado.

A carencia de cultura política, o baixo nível do eleitorado, a demagogia desenfreada, a falta de patriotismo e de caráter, a premissa política, o nacionalismo agressivo etc., tudo isso, que é primordialmente responsável pelo nosso atraso, desapareceria se a sede do governo fosse arredada do litoral!

A ideia da mudança da Capital foi uma fantasia como foi a da inscrição de um lema unico no mundo em nossa bandeira. Não conheço outro exemplo de país que tenha adotado o principio de transferencia da Capital em sua Constituição. O dispositivo tinha contudo, diga-se de passagem, uma utilidade que só o atual governo não compreendeu: o de dar ocupação a personalidades de destaque, desocupadas e irrequietas.

Citei na televisão os três casos de novas Capitais em Washington, Canberra e Ancara, todas por motivos políticos específicos e imperativos. A mudança da Capital como remedio à desgraça do país, só me faz lembrar, como já disse uma vez, o caso do alemão que reparava seus infortúnios vendendo o sofá..

De qualquer modo não deveremos monopolizar a uma descoberta desta importância, que tão grandes serviços pode prestar a outros países. Veríamos então, graças à nossa inspiração, os governos de Londres, de Paris, de Roma, de

Buenos Aires, etc. largarem-se para novas cidades no interior do país, Talvez fosse mesmo aconselhável transferir a Capital todos os 50 ou 100 anos para lugares mais calmos e para estimular o desenvolvimento de novas regiões...

Sou grato ao prezado amigo sr. Israel Pinheiro pelo convite para visitar Brasília. Mas lá não vou. Não vou, porque não me iludiria com a aparência eufórica dessa como de qualquer outra região em que se despeja a rodo o dinheiro da Nação (e até se transportam materiais de construção por avião). Não vou porque não quero ver desperdiçar os poucos recursos de um povo ainda tão pobre e de tão baixo padrão de vida.

EUGENIO GUDIN
(Transcrito dos "Diarios Associados")

Três conquistas

Encerram-se as provas do concurso para provimento da cátedra de Direito Comercial.

A referida cátedra, vagaria do prof. Waldemar Ferreira, concorreram os candidatos Silvio Marcondes Machado, livre docente da mesma cadeira; Philomeno J. Costa, professor da mesma matéria na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie; dr. Oscar Barreto Filho, auxiliar de ensino de Direito Comercial na Faculdade de Direito.

A comissão julgadora estava assim constituída: Professor Ernesto Leme, presidente, e Honorio Monteiro, catedráticos da Faculdade de Direito; prof. Ferreira de Souza, catedrático da Faculdade Nacional de Direito; prof. Gilberto Valente, catedrático da Faculdade de Direito da Bahia; e prof. Hernani Estrela, catedrático da Faculdade de Direito do Rio Grande do Sul.

Na parte da manhã do dia 17 foram realizadas as provas didáticas dos candidatos produzindo cada qual a sua aula, prelecionando durante 50 minutos sobre o ponto sorteado na véspera.

Na parte da tarde os candidatos realizaram a ultima parte do concurso, leitura das respectivas provas escritas. Em seguida a comissão julgadora passou à apuração das provas e elaboração do respectivo parecer sobre o concurso.

Por volta das 17 horas foi conhecido o resultado do concurso: o dr. Silvio Marcondes Machado conquistou de maneira brilhante a cátedra de Direito Comercial.

O dr. Oscar Barreto Filho e o dr. Philomeno Joaquim da Costa conquistaram a livre docência

O Brazão de Armas do Estado de São Paulo, que é de autoria de Guilherme de Almeida e José Wash Rodrigues, nasceu oficialmente à data de 30 de agosto de 1932, com a publicação no Diário Oficial de um decreto do então governador Pedro de Toledo, dispondo sobre a matéria.

"Em campo de góles — dizia o referido decreto — as letras SP em chefe e uma espada em pala com a ponta ao alto e o punho brocante sobre o cruzamento de dois ramos de louro e carvalho, tudo em prata. Timbre, uma estrela de prata. Fitão em góles com a divisa — "PRÓ BRASILIA FIANT EXIMIA" — em letras de prata. Suportes: dois ramos de café, frutificados e de sua côr".

UM POUCO DE HERÁLDICA

"O Estado de São Paulo, ao contrário dos demais Estados da Federação, não possui ainda brazão de armas — motivava-se. Vai possuí-lo agora, em hora oportuna como poucas. Como tudo o que é seu, como tudo o que se acha incorporado ao seu patrimônio moral e material, este brazão de armas será também uma conquista de seu povo. Ao invés de consagrar, unicamente, as glórias antigas, consagrará também as glórias presentes. São Paulo vive um instante de apogeu. A história de Piratininga, tão ilustre hoje como na era das Bandeiras, veio culminar neste epopéia pelo direito e pelas liberdades políticas. A sua missão tanto no passado como no presente, é de pelear, vitoriosamente, pelas grandes causas da nacionalidade, a cujos destinos, várias vezes tem aberto novos rumos.

"O escudo é o português, como convém a descendentes de portugueses e de acordos com o uso já consagrado no Brasil. De uma só côr e de um só metal, como é de bom estilo em heráldica, ficando, assim, dentro da maior simplicidade e em harmonia com o brazão da cidade de São Paulo. O vermelho, esmalte representativo da altivez, da audácia e da glória, perpetua o valor do povo paulista, que jamais trepidou em afrontar as asperezas da luta e a derramar o seu sangue pelo Brasil e pela liberdade. A prata, metal simbólico da lealdade e da nobreza, alude também ao tope branco usado tradicionalmente pelos partidários da Constituição, desde os tempos coloniais, e adotado

como distintivo dos soldados constitucionalistas no atual movimento revolucionário. Diz bem do caráter ordeiro da nossa gente, que sómente quer viver sob o regime da lei e das garantias jurídicas, pelo que ainda agora se bate.

ESPADA EM CONTINÊNCIA À LEI

"A espada romana, usada pelo apóstolo São Paulo, evoca o padroeiro do Estado. Lembra ainda o gesto de Amador Bueno, a epopéia das Bandeiras, Pedro I proclamando a Independência na colina do Ipiranga, na hora atual, foi "dega, e finalmente a espada sembainhada em continência à lei". Os ramos de louro e carvalho consagram o valor militar de São Paulo que desde os tempos coloniais tem sabido enobrecer as tradições de bravura do povo brasileiro e o seu valor cívico, sempre à frente das grandes iniciativas tendentes a criar para o Brasil no concerto dos povos culturais uma situação proeminente. Como timbre, uma estrela de prata: indica que São Paulo é uma das unidades da Federação Brasileira, simbolizada por 21 estrelas federais. A divisa — "PRÓ BRASILIA FIANT EXIMIA" — afirma o orgulho do povo paulista. Lembra o esforço de que sempre se mostraram capazes os filhos deste Estado, quando a Nação exigiu deles o máximo de sacrifícios, como ainda agora está acontecendo.

"Os ramos de café indicam a base de fortuna pública do Estado e a tradição de riqueza que São Paulo soube criar, através de árduos trabalhos".

COMUNISTAS CONTRA "REVISTA UNIVERSITÁRIA"

RIO, (ASAPRESS) — Os estudantes da Universidade do Brasil estão preparando o lançamento da "Revista Universitária". O citado órgão tem provocado uma série de desinteligências e mesmo de violências entre os lançadores e elementos comunistas, que militam no meio estudantil. A revista traz um artigo intitulado "Flagrantes Pessoais da Política Universitária Nacional", onde são postos à luz os métodos de ação dos estudantes comunistas e feitas graves revelações contra José Batista de Oliveira, presidente da UNE, e seus partidários comunistas. O artigo tem motivado a ação dos elementos comunistas, que desejam por todos os meios, evitar a saída da revista.

Várias vezes a impressão foi suspensa; ameaças físicas foram feitas à pessoa do diretor da revista e finalmente terminou em lutas corporais à porta do "Jornal do Brasil", onde a revista está sendo impressa.

GUACYARA moderna churrascaria

A maior e mais moderna da capital com salão especial para banquetes.
Av. Rio Branco, 118 (CENTRO)
FONES: 36-0821 — 32-5381 — 37-4348

SÃO PAULO

JARDINEIRA PAULISTA

FLORISTAS E DECORADORES

ANGELO RINALDI & FILHOS LTDA.

SERVIÇO INTERNACIONAL COM OS MAIORES FLORISTAS DE TODOS OS PAISES. MEMBRO DA FLORISTS TELEGRAPH DALIVERY ASSOCIATION INC.

Rua Libero Badaró, 471
Telefones: 32-2316 — 33-4376 — SÃO PAULO

O ESPIRITO DE 1932

(Continuação da última página)
vernador Pedro de Toledo, cuja cópia era também levada a algumas pessoas eminentes com voz ativa no movimento.

O portador dessa carta foi Antonio Pereira Lima, hoje deputado federal nesse tempo pertencente ao Partido Republicano, mas que, como nós, trocava as cores partidárias pelas cores paulistas exclusivamente.

Vejamos a carta a Pedro de Toledo.

Vila Queimada, 29 de agosto de 1932.

Prezado amigo dr. Pedro de Toledo:

Aproveito um portador seguro para enviar impressões e informações diretas, serenas e, portanto, isentas de qualquer entusiasmo ou exagero.

Há um mês que aqui me encontro em contato direto com o inimigo e convivência assídua com as nossas trincheiras, onde já fiz também o meu estágio e onde, em caso de necessidade, estarei a qualquer momento.

Acho-me presentemente, no E. M. do cel. Teófilo, chefiado pelo major Arcy Nobrega. Nós, o Q. G. encontra-se logo após as trincheiras inimigas e vêm sendo implacavelmente perseguido pela artilharia e pela aviação inimigas.

Do Teófilo não preciso dizer que é velho conhecido nosso. Quanto ao major Arcy, a sua ação já o deve ter suficientemente revelado ao povo paulista. Particularmente, posso reafirmar que se trata de uma figura dessas que reconciliam a gente com esse pobre exercito achincalhado pela rebeldia profissional.

Cheguei a Queluz no instante em que sobre este setor se desencadeava o mais doloroso golpe que tem sofrido. Vinha de ser feita a retirada de Salto. Uma atmosfera de pânico e insegurança pairava sobre a tropa. Na cidade de Queluz dominava o medo e a desconfiança. A chegada de uma notícia falsa sobre o término da luta, a soldadesca, na maioria tropa irregular, desandou num tremendo tiroteio de que resultou a morte de um praça. Por aí poder-se-á calcular o nervosismo da tropa. Com os maiores cuidados, ponde o novo comando que vinha de assumir funções, acalmar os animos, restabelecendo mal e mal a linha de frente quebrada, nas alturas de Bianor, cerca de 8 quilômetros de Queluz. Os oito dias que se seguiram de luta, constituem uma epopéia. Tudo quanto podia o sofrimento requintar nos atingiu: chuva, frio, lama, deserções, covardia de oficiais de pequena comando, cuja fuga acarretava a debandada da tropa excitada, tudo isso era vencido até que uma ofensiva impetuosa nos tomou a cidade, sem que ainda tivéssemos podido convalescer o animo da tropa. A nossa retirada, feita em relativa, mas não completa calma, constituiu a página mais dolorosa e triste a que tenho assistido. Os melhores soldados que eram do batalhão Piratininga, chegado nesse mesmo horrível dia 10 de agosto e, portanto, ainda não adoecido pelo cansaço, contaminaram-se também do pânico, dando com raras exceções, o mesmo espetáculo de confusão e lastima. O único comboio que levava a tropa (grande parte da qual já em fuga pela estrada de rodagem), pejave-se daquela gente imunda e suarenta, hiperagitada, a quem o menor ruído dava sobressaltos.

Alguns mortos e feridos atingidos pelas balas do inimigo que penetrava na cidade, mal dela fomos saindo, jaziam ao chão sujo, sob a indiferença daquela massa enervada.

Era tal o estado do espírito, que um soldado, por causa de um pedaço de doce, com um tiro de fuzil em pleno rosto, assassinou brutalmente o companheiro do banco da frente!

Foi assim que, à noite, entramos em Vila Queimada.

Logo no dia seguinte, o cel. Teófilo e o major Arcy escolham novas posições, que foram guarnecidas por tropa nova. Os primeiros dias de inquietação se passaram até que hoje já temos restabelecidas, quase definitivamente consolidadas, as nossas linhas, ao passo que o inimigo, a cada momento, se manifesta mais enfraquecido e frouzo.

Agora, a causa principal dos apertos passados e das dificuldades presentes: falta de munição, falta de munição, falta de munição!

Aqui mesmo em Vila Queimada, perdemos uma posição importantíssima, a Pedreira (hoje reconquistada) porque não possuíamos mais um cartucho! O último soldado só saiu da trincheira ao lançar a última granada de mão, meia hora depois de haver detonado a última capsula!

Mas a tudo se vai resistindo, ante as afirmativas faquires de uma organização da retaguarda, que se diz impecável, que há vinte dias nos vem garantindo o aumento da produção, mas da qual até agora, só vimos de positivo promessas e mais nada. A firmeza, todavia, é a mesma e a certeza da vitória não esmoreceu, nem esmoreceria. Hoje, o estado do espírito, posso afirmar, é excelente. Vencida a dificuldade da munição, posso afirmar que nada deterá o nosso ímpeto, que esta é o único impecilho serio a vencer.

Entretanto, chega-nos aqui a notícia de que políticos paulistas, já fazem, dentro do governo propaganda franca favorável a um acordo com a ditadura.

Não posso descrever ao popular e querido Governador de S. Paulo a impressão que esta notícia causou aqui áqueles que se batem conscientemente nas linhas de frente. Em grande parte, é mesmo devido a isso, (e até solicitado por muitos), que escrevo esta carta, dando conta rápida, do que se verifica na vanguarda.

Uma onda de revolta e nojo passou por todos os espíritos conscientes, cuja alma foi como se recebesse também o banho de sujeira que as trincheiras dão aos corpos cansados dos combatentes. Estes padeceram os dias dolorosos de Salto, Bianor e Queluz; a aflição de fome, do frio, e a pior delas, a falta de munição com um inimigo feroz a poucas centenas de metros a frente; tudo isso — os soldados da Lei e os combatentes de S. Paulo atravessaram. Nestes transe poder-se-iam ouvir deles gemidos contra a dor, imprecações contra os azares, pragas contra o inimigo, nunca porém a menor palavra de desânimo que pudesse traduzir o pensamento de uma provável derrota. Jamais passou pela mente mais débil a possibilidade de uma capitulação desonrosa ou humilhante.

E, no entanto, da retaguarda, essa retaguarda que se alimenta bem, que come bem, cujo espírito deve andar, são porque o corpo anda bem nutrido e descansado, é que parte o primeiro brado de pusilanidade!

Felizmente, com a lastimável notícia, nos chega também a firmeza com que o ilustre governador de S. Paulo vem reagindo contra os fracos. Chegamos também, o conforto de que o chefe aclamado pelo povo paulista e pelas forças armadas não está só nesta reação, tendo u acompanhá-lo espíritos moços, dentre os quais se salientam os de Waldemar Ferreira, Joaquim Sampaio Vidal, Tirso Martins e outros!

É justamente, devido a isto que aqui nos animamos e enovior o nosso brado, porque este brado encontrará eco, lá onde ecoam muito bem a granada é a morte, mas repercutem admiravelmente o arranjo político para o bem e a felicidade de meia dúzia de ambiciosos inconscientes.

Justamente, devido a isto, que a linha de frente oriental de S. Paulo, não hesita em trazer o seu grito de alma áquele que sabe compreendê-lo e cada vez

se mostra mais digno da confiança que S. Paulo lhe depositou. Por isso mesmo — Excmo. Sr. Governador dos Paulistas — os combatentes, cujo pensamento minhas palavras interpretam, solicitam, com afã, repila V. Excia. aos que pretendam satisfazer os seus sonhos individuais à custa do sacrificio coletivo, que nesse dia, as armas voltadas aqui contra um inimigo que não é covarde, se voltarão contra os poltrões que, na sua criminosa e desenfreada ambição,

Os soldados de S. Paulo — não aqueles cujos galões foram alinhavados nas costureiras, mas os que vão buscar as divisas na linha de frente — lutam, sofrem, morrem por S. Paulo e pela unidade brasileira, mas jamais correriam, sofreriam ou lutariam para o restabelecimento de uma política odiada, suja e imoral que nivelou o Brasil aos povos mais incultos da terra. Enganam-se aqueles que julgam a revolução de S. Paulo um movimento contrário aos ideais que já acenderam a Nação mais de uma vez! Justamente porque os primitivos lutadores se converteram à religião execrada de uma envilecida mentalidade que, de novo, a alma nacional se levantou a 9 de Julho de 1932.

Ingenuos os que pensam que São Paulo, no que tem de mais sã, veu morrer nas trincheiras para o resurgimento de processos condenados para alicerçar partidos políticos, que se atrozaram na marcha veloz que a nacionalidade progride para frente!

E daqui, da sujeira destas fossas em que nos apodrecemos; onde morremos; cuja alma tingimos com o sangue dos soldados constitucionalistas, que sairá a orientação nova, porque uma renovação só pode ser feita dentro do martírio, nunca dos gabinetes aquecidos ou poltronas macias da retaguarda.

As trincheiras paulistas fazem ao Governador de S. Paulo o seu procurador, que ele é dos poucos que souberam compreender a grandeza da causa, que contra um passado áqueles que, no dizer de Keyserling, deviam ser varridos da memória, o Brasil propõe, nesta primeira grande audiência da Nacionalidade.

A V. Excia. todo o apoio e o afeto dos combatentes da primeira linha, por intermédio do menor, mas não o menos sincero deles, que é o amigo de sempre — (a) Paulo Duarte

Inicialmente, cópias desta carta foram levadas apenas a Francisco Morato, Joaquim Sampaio Vidal, diretor do Departamento de Municipalidade, Waldemar Ferreira, secretário da Justiça, Paulo de Moraes Barros, secretário da Fazenda, e Thirson Martins chefe de Polícia.

Ao general Isidoro, que se queixava do meu silêncio, como se o houvesse esquecido, enviei também cópia com o seguinte recado:

“Lavrinhas, 7 de setembro de 1932

Meu querido General: Não o esqueci não. Tanto assim que, no instante oportuno, aqui estou para conversá-lo sobre interesses elevados, dos quais o snr. se inteirará pela cópia de um acerto ao Vivaldo Coaracy e pelos esclarecimentos que, pessoalmente, lhe dará o Pereira Lima.

Habitados, como estamos, a vê-lo sempre ao lado das boas causas, não pudemos manter a menor dúvida acerca da sua atitude.

É possível que os factos pro-vocadores da mesma não lhe sejam desconhecidos. É quasi certo mesmo que já os tenha conhecido antes de aqui haverem chegado. Assim, nada mais natural que lhe completemos. Para isso é que o visitarão o Pereira Lima e a cópia de minha carta.

Não preciso dizer das saudades nem do tamanho do abraço que o envia o Paulo Duarte.”

A resposta de Isidoro Dias

Lopes foi breve e positiva como ele mesmo:

São Paulo, 12 de setembro de 1932. Paulo: Eu já entrei em três, para ver se acabamos com isto. Não posso deixar, agora, que, com minha responsabilidade se ressucite o perre-pismo. Um abraço — (a) Isidoro”.

Ao mesmo tempo era enviada outra, no mesmo sentido a Vivaldo Coaracy. Coaracy era presidente da Liga da Defesa Paulista, completamente alheio aos partidos e, portanto, insuspeito e livre na ação, podendo pois coordenar e prestigiar o trabalho de que necessitávamos afim do nosso sacrificio não se tornar mais uma vez mutil, como acontecera já em campanhas anteriores. Assim, expliquei a Joaquim Sampaio Vidal, encarregado de entregar minha carta, trazida de Lavrinhas por Paulo Barbieri, meu comandante desde o início da revolução. Nessa carta a Sampaio Vidal, acrescentei ainda: “O Pereira Lima, que segue também, conversará com você minuciosamente. Os esclarecimentos dele e a cópia da carta porão você apto a discutir e a colaborar nesta fase insuperada da luta. É preciso não deixar alheios à evolução da frente áqueles que, embora na retaguarda, marcham espiritualmente, de acordo com o rápido caminhar que a luta provoca no Brasil novo. Por isso é que lhe escrevo, pedindo dar conhecimento de tudo aos dignos de saberem dos nossos intentos”.

A carta a Coaracy é a seguinte:

Lavrinhas, 7 de setembro de 1932.

Meu caro Vivaldo Coaracy: Pelo portador, que é o Pereira Lima, você terá mais ampla e mais claras informações a respeito do motivo que me leva a escrever. Eu pretendo, (desde que para aqui vim) só conversar com os amigos queridos, como você, no dia em que a vitória tal o permitisse. Entretanto, interesses outros que não os sentimentais, levam-me a quebrar a promessa feita em julho passado.

Vamos ao caso. Há já tempos, até cá veio a notícia, aliás confirmada, de ansia de alguns políticos, mais ou menos desfiados, por um acordo com a ditadura, para o término da luta. Esse acordo não passava de uma capitulação capaz de satisfazer sim, aos interesses, às ambições, ao quer que fosse, dos aludidos políticos mas jamais aos princípios e aos ideais dos que, aqui na frente, lutam e morrem pela nossa causa admirável.

Essa notícia foi como uma rajada de escarneo contra as trincheiras constitucionalistas. O espírito dos combatentes ficou estatelado como si a fusilaria e ao canhoio tivesse substituído qualquer coisa de inscredível, cuja explicação até hoje não se poud encontrar.

Abramos um parêntesis: É preciso esclarecer bem o que seja este espírito das trincheiras, para que com ele não aconteça o que se deu com o famigerado espírito revolucionario de nada saudosa memoria.

Dois mentalidades éstes ter-ríveis dias formaram na linha de frente.

A daquêles que, por terem feito, durante 24 horas, o que, desde o principio todos nós vimos fazendo, isto é, o contato íntimo com a fome, o frio, a balala o estilhaço, a fadiga, etc. se julgam proprietários exclusivos de toda e qualquer glória — e os que a quem estas dolorosas jornadas têm servido apenas para lapidar o coração e aperfeçoar, amadurecer e enrijecer o ânimo.

A primeira (perdoe-me você a expressão) a dos pobres golgos do heroísmo, esta, merece, apenas a piedade cristã que devemos ter para com os anseios pobres da falta de personalidade.

A segunda, sim, é a mocidade consciente do Brasil que se levantou em S. Paulo e no território de S. Paulo, sangrando nas suas horríveis feridas feitas pelo facão do cangaço ou pelo calcâneo invasor, sabe morrer

sorrindo pela beleza de uma grande Idéia.

Fechamos o parêntesis.

Depois daquela notícia, lembrado por mim mesmo, e animado por todos que aqui convivem a jornada cruel, os portadores do espírito das trincheiras, escrevi uma longa carta ao dr. Pedro de Toledo, da qual você poderá ver o texto com o Joaquim Sampaio Vidal, que possui uma copia desse documento. Nele está bem expresso o nosso pensamento.

O admirável governador de S. Paulo respondeu de maneira que mais o realgará ante os paulistas, quando esta carta for conhecida. Você vê-la-á em tempo oportuno.

O fato é que as palavras do dr. Pedro de Toledo nós trouxeram o sossego de que necessitávamos para o prosseguimento da luta iniciada a 9 de julho!

Daí para cá só as emoções (será que ainda temos emoções) da linha de frente.

Eis, entretanto, que agora nos cai com o fragor do 120 nas suas vinte diárias, a denuncia de um desses fatos para cuja classificação, neste vale do Paraíba, nos escasseia a precisa expressão.

Você deve calcular que aqui nos falta tempo para desviar a atenção das linhas inimigas, sempre de atalaia com o seu fogo ameaçador. Por isso, faltamos tempo para o que não seja de interesse à segurança destas linhas, cuja integridade é também a segurança da nacionalidade.

Entretanto, no conforto vadio da retaguarda, os ambiciosos não perdem tempo e as suas teias vão se amaranhando.

Assim, sabemos que si se forma uma corrente no sentido de transformar a revolução paulista num malogro igual ao de 24 de outubro de 1930.

Pelos desejos dela, ns apodrecemos aqui nas primeiras linhas, sob o abandono dos mais elevados interesses e no esquecimento até da reação instintiva, não pela grandesa da campanha ou pela beleza dos princípios que nos animam, apenas para facilitar a uma meia dúzia igual áquelas que vamos destruir, se apossam das posições em detrimento dos interesses coletivos.

Daí a conspirata tendente a substituir por outra ditadura militar e civil que se esboroa a cada momento. Em torno dela a rotação de satélites formados ao arrebatamento das facções apodrecidas que se partiram à evolução da nebulosa terrível que o Brasil vem atravessando na sua orbita histórica.

Trata-se, enfim, de um conluio miserável com raízes no proprio G. Q. G. e ganglionado em certos meios da politica profissional.

Até a substituição do atual governo paulista está tramada para, em lugar, elevar-se outro que procura desde há muito minar a alta direção militar do buscado dentre a mediocridade nosso movimento.

Assim, esta, ao invés de curar com aqodamento das necessidades da linha de frente, distrai a atenção para coisas outras mais chegadas aos sonhos de mando do que aos problemas de guerra civil. Por isso que, ao lado do ajutório maravilhoso que, com prestesa as organizações civis trazem à luta, todos os dias verificamos, com decepção, a instabilidade do aparelhamento administrativo militar inefficiente em quasi tudo, conforme, ainda há pouco, por escrito, mostrei ao general Klinger.

Nós aqui, como disse acima, não temos tempo para conspirar.

Mas, si nem nos sobre oportunidásé para um banho quinzenal capaz de aliviar-nos da imundície das trincheiras, o espírito e a alma dos que combatem conscientemente mantem-se limpos das podridões da política que já desceu o Brasil a toda ignomia e ao máximo do apobio.

Aqui, já nos habituamos ao sangue e até a matar (coisa que S. Paulo não ensinou aos seus filhos), desde que seja isto necessário à manutenção da unidade nacional e dos verdadeiros ideais desta linda campanha.

Por isso mesmo, queremos impor aos fariseus da revolução a voz das trincheiras que é a voz de S. Paulo verdadeiro, pela boca dos combatentes civis e militares dignos.

Emissário dela segue o Pereira Lima, que conversará com voce a respeito da nossa arregimentação, obediente a determinados princípios, dos quais tarão parte, primordialmente:

a) manter o atual governo civil paulista, que vem interpretando fielmente a vontade coletiva;

b) não deporem os combatentes filiados as ramas, enquanto a situação geral do país não estiver consolidada de acordo com os intentos desta revolução;

c) tendo em vista que o 23 de maio e o 9 de julho foram feitos pelo povo paulista, com o apoio do Brasil consciente a estes cabe, pelas urnas, no instante adequado, fazer qualquer mudança na direção suprema do Estado, ou pela mesma urna, referendar as aclamações já feitas.

d) intransigência absoluta no manter o carater civil da revolução.

Agora, para esclarecimento pleno, completo, insofismavel dos nossos intuitos, fica estabelecido que nós, os organizadores dessa arregimentação não aceitaremos em hipotese alguma, qualquer posto na nova organização do governo.

Considerar-nos-emos plenamente capazes de manter e até organizar um governo legal, mas, para os feitos da nossa sinceridade, julgamos a nós mesmos incapazes de exercê-lo pelo menos, enquanto necessitaria para uma ação enérgica pela ordem e pela necessidade política.

Logo que converse com o Pereira Lima, mande uma palavra ao seu velho de sempre.

(a) Paulo Duarte”.

Nessa ocasião, quase meados de setembro, a nossa atividade paralela à guerra transpirou e eu fui chamado com urgência ao Q. G. do Destacamento Leste, pelo Coronel Euclides Figueiredo.

Antes de partir para Lavrinhas, atendendo ao chamado, reunimo-nos um grupo grande de oficiais de comando e do Estado Maior, dentre os quais o coronel Teófilo, nosso comandante, capitão Arcy de Rocha Nobrega, chefe do seu Estado Maior, major Saldanha da Gama, comandante do célebre batalhão Saldanha, Carlos de Moraes Barros, Antonio Pereira Lima e vários outros. Em Cruzeiro, onde se achava o Q. G. do Destacamento, encontrei-me com Julio de Mesquita Filho, do Estado Maior do coronel Euclides, que estava inteiramente conosco. Os oficiais, a par e que de tudo participavam, deram-me um documento com autorização de uso, em caso de uma recepção menos cordial, que devíamos admitir, do nosso comandante de Destacamento. Eis o documento em questão, cujo original assinado por todos, creio achar-se em poder de Carlos de Moraes Barros:

“Solidários inteiramente com as idéias e as expressões da carta que o nosso companheiro Paulo Duarte dirigiu ao Governador do Estado de São Paulo, dr. Pedro de Toledo, deliberamos deixar neste documento a certeza do nosso apoio integral áqueles ponderações feitas aqui nas linhas de frente, para que, de futuro, saibam todos da firmeza de nossas convicções e do inabalável ânimo em que nos conservamos acerca do movimento constitucionalista.

Nem a vida áspera da trincheira nem os incessantes bombardeio dos canhões e aviões nos causou o menor esmorecimento na certeza da vitória para a consecução dos nossos PRINCIPIOS.

Lavrinhas, setembro de 1932”.

Armado desta declaração e da cópia das cartas a Pedro de Toledo (1) e a Vivaldo Coaracy e ainda de uma resposta admirável do Governador de S. Paulo, apresentei-me no vagão que servia de quartel ao general (Conclui na pagina seguinte)

E o curso noturno

O assunto é melindroso, curvilíneo. Difícil mesmo. Melindroso porque retrata um aspecto opaco no panorama brilhante desta Escola. Curvilíneo, porque deflui de uma sequência de situações que implicam na existência do "statu quo" da Faculdade. Difícil, porque versar tal matéria cabe-me a mim. A.U.U., ponto mais fraco desta corda de poderes, direitos e obrigações em que nos dependuramos forçosamente. Um safanão qualquer que lhe espique o nariz pode acarretar nos vastíssimo tombo. "A corda rói do lado mais

fraco", reza o brocardo sábio do linguajar do povo.

Se vivermos, contudo, em função das conveniências do lado mais forte, se nos adaptarmos a uma posição acomodaticia e deixarmos de reivindicar os nossos direitos, nada mais nos restará senão obrigações, nada nos restará que não a emulação de nossa inépcia, nada nos restará a a nos, amalgamados por temores, receios e fracassos, que não o epíteto denominador comum — covardes e omissos. Não importa isto em anar-

quia. Não se deve dar azo a que se mine o princípio da autoridade — base única de um clima de ordem e paz.

Mas, não é em nome da hierarquia e da disciplina que direitos de imensurável valia sejam postergados. Acaso o serão pelo simples motivo de seus possuidores serem alunos?

Penso que não. Penso que não porque esta Faculdade, este Instituto Educacional Universitário existe para uma finalidade primordial e, diríamos, única: a formação daqueles que se devotarão ao amanho das leis. Este o objetivo primeiro, esta a função primeira. Ora, o objeto desta função é o aluno. Porque se colime este desiderato faz-se mister de prédio adequado, de servidores convenientes, de Mestres eficientemente capazes e humanamente dignos. Esta, a meu ver, a ordem das coisas. Entretanto, não nos visamos, às vezes, com a inversão destes valores? Não será verdade que aos alunos, pouco a pouco se atribuem apenas obrigações?

A reverência à autoridade constituída, o acatamento as decisões de superiores são deveres axiomáticos do estudante. Mas, nesta Casa das Leis, as decisões que se nos impõem à obediência sempre se norteiam pelo justo, pelo IGUAL? Se positi-

vo, perguntaríamos: como explica a situação do CURSO NOTURNO? Porque os alunos, trabalhando quase sempre o dia todo não merecem eles as mesmas atenções dispensadas pela Secretaria ao Curso Diurno? E justo que estes alunos criem casos nas firmas a que pertencem quando necessitam cuidar de seus interesses escolares junto aos órgãos diretivos da Faculdade? Há motivo de real ponderância para as portas da administração lhes permaneçam trancadas durante o período do noturno?

Isto é injusto. Isto é desigual.

Esta Faculdade, o habitáculo do direito por excelência, precisa dar o exemplo de cima, o exemplo do justo, do igual.

Se há, pois, um Curso Noturno, que o seja na realidade, que integralmente satisfaça às aspirações dos alunos, que estes sejam atendidos como o são os colegas da manhã, que possam tratar do que lhes diz respeito sem que se provoquem complicações nas repartições e escritórios. Ou se atinge este objetivo, sanando as lacunas do CURSO NOTURNO, ou então... bem, então, "igualdade de tratamento" não passará de expressão polida para verbosos discursos.

Publicações recebidas

O BISTURI.....	Ano XXV — No. 83
VOZ DO POVO.....	Ano XXXIII — No. 1.607/609
O INCISIVO.....	Ano III — No. 5
O VINTE E CINCO.....	Ano IV — No. 19
O ECO.....	Ano IV — No. 60
O DEBATE.....	Ano IV — No. 136/39
IMPRESA PAULISTA.....	Ano III — No. 31
Les Nouvelles YUIGOSLAVES.....	Ano VIII — No. 207
MAPA SOCIAL.....	No. 5/9 Ano I
BALANCINHA.....	Ano II — No. 6
TRIBUNA ACADEMICA.....	Ano III — No. 6
ESTETO.....	Ano V — No. 12
BAURU' UNIVERSITARIO.....	Ano V — No. III
O FESTIVAL.....	Ano — No. 10/11/12/13
VISAO.....	26/4/1957
PRONAPE.....	No. 55/60 — Ano III
VIDA ROTARIA.....	Ano IX — No. 85
O POLITECNICO.....	Ano XII — No. XL
BRASIL CONSTROI.....	Ano VIII — No. 13
REVISTA DE ESTUDOS FISCAIS.....	Ano IX — No. 3/4/5
RELATORIO DO ANO DE 1956 DE CIA PAULISTA DE E. FERRO	
REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS.....	Ano X — No. 110
	111/12
A SOCIAL.....	Ano II — No. 15/16
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA.....	Ano XVII — No. 1
O BICEPS.....	Ano XIX — No. 9
SPECULUM.....	Ano IV — No. 11 a 15
MIRADOR DE LOS ESTUDIANTES.....	No. 125 a 130
CARTAS UNIVERSITARIAS.....	No. 10
O CANGURU.....	Ano I — No. 1
O ITEANO.....	Ano V — No. 33

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ESTUDANTES
Oxford, Inglaterra de 3 a 11 de agosto de 1956.
Novembro de 1955 e o General Teixeira Lott — (Paulo Duarte)

ESCUDO

Do amor que me foi dado
hei de forjar minhas armas,
hei de moldar meu escudo.

Pelas bigornas do tempo,
pela chama dos meus sonhos,
temperarei tua presença
no timbre claro da voz.

Trabalhando noite e dia
no aço cru das palavras,
do amor que me foi dado
hei de forjar o meu canto,
hei de moldar o meu verso.

Carlos de Queiroz Telles

Ao emérito cartógrafo do "Mapa do Inferno"

O tu que tens de esteta o estro e a vista,
se de esteta é notar o feio,
galardoando dele má conquista
com vã mitologia de permeio;

O tu, excelso Apolo, que te irritas
quando, acordado dêsse doce enleio
em que vagueiras de pretensão artista,
és obrigado a ver o que é... "feio".

Tu que na ansia estéril de luzios
queres do Sol os carros conduzir
sem atentar à tua terridade,

Aprende e guarda na tu'alma escura
que em se tratando de beleza pura
nada supera a de uma amizade.

E O ESPIRITO DE 1932

(Conclusão da pág. anterior)
Euclides em Cruzeiro. Este me recebeu apenas na presença do coronel Palimercio de Rezende.

Era realmente o que prevíamos. Interpelou-me o coronel Euclides de Figueiredo sobre uma conspiração que lhe constava estar sendo articulada no Destacamento Leste e da qual eu devia estar representando um papel importante. Declarei a verdade e, depois de expor os fatos com precisão, passei-lhe a cópia das cartas enviada e a resposta que me enviara o Governador Pedro de Toledo. O coronel Euclides leu atentamente os documentos e passou-os ao coronel Palimercio. Este fez o primeiro comentário:

— São documentos perfeitos, muito dignos...

O coronel por sua vez:
— Estamos de inteiro acordo com os dizeres destas cartas. Agora, sabemos do que se trata e pode contar com o nosso apoio nesse trabalho de vigilância, para que, em caso de vitória, 1932 não caia nos mesmos erros de 1930...

Nesse dia ficou selado o destino de 1932: a reposição de 1930 nos seus princípios desvirtuados pelos aproveitadores e oportunistas.

Dois dias depois eu recebia ordens para assumir o comando do Trem Blindado, funções em que ficaria até o fim.

Mas, a seguir vem a retirada de Cruzeiro. O tempo era pouco para pensar apenas em manter as posições da frente. O batalhão Saldanha e outras forças de trincheira comiam fogo noite e dia. Os estados maiores não dormiam mais, devido às preocupações horrorosas da falta de munição e da superioridade

de do inimigo. Em nossas trincheiras, o tiro de inquietação era feito pelas matracas. A onda de horror e sofrimento físico e moral imposto pela realidade não mais permitia pensar, se em ganhar a revolução. E poucos dias depois a traição nos fazia capitular. Nós fomos para o exílio. Os saudosistas, cujos passos, em caso de vitória, nos cabia embargar, para que os ideais verdadeiros de 1932 não conspurcassem, tiveram então oportunidade de aparecer em torno do general Waldomiro Lima, governador militar que a ditadura impoz a São Paulo esmagado pelas armas.

Esmagado só pelas armas, porque pouco mais de um ano depois, a ditadura premiada pelo espírito de 1932, era obrigada a convocar a Constituinte e permitir que os exilados voltassem.

Mas, ainda hoje, remanescentes daquele espírito de pouco que queriam restaurar um passado definitivamente morto, pretendem dar a 1932 o caráter que nunca teve, isto é, de uma contra-revolução.

(1)

A carta de Pedro de Toledo, juntamente com numerosos documentos da revolução de 1932, desapareceu quando da nossa retirada final. Tratava-se de um documento corajoso no qual, o Governador de S. Paulo, aclamado a 23 de maio, apoiava inteiramente o ânimo das linhas de frente. Mais ainda, Pedro de Toledo exaltava-nos a não esmorecer e oferecia-nos "o pouco que ele podia dar" a sua pessoa.

(a) Paulo Duarte

Beleza e revestimento eterno para suas Construções com

LITOCERÂMICA

Litocerâmica, o novo material para revestimento, fabricado exclusivamente pela Cerâmica São Caetano, assegura proteção total às paredes porque é impermeável e resiste à ação dos agentes externos. Fabricada em várias cores, constitui um recurso decorativo de inigualável valor, eliminando, definitivamente, a necessidade de pintura.

Palácio do Café - São Paulo

Litocerâmica TEM APLICAÇÃO EM:

- FACHADAS
- JARDINS DE INVERNO
- COLUNATAS
- PONTES
- LAREIRAS
- TÚNEIS, ETC.
- PISCINAS

Nosso Departamento Técnico acha-se à disposição dos interessados para oferecer, gratuitamente, sugestões e estudos sobre aplicação de Litocerâmica.

LITOCERÂMICA DÁ PERSONALIDADE ÀS CONSTRUÇÕES

CERÂMICA SÃO CAETANO S.A.

Uma tradição em cerâmica

Rua Boa Vista, 133 5.º andar Tel 33-4708 - São Paulo
R. Senador Dantas, 80-A - Tel 42-3158 (Rede interna) Rio de Janeiro.

O Delito como Objeto Cultural Tri-Dimensional

Estudamos o delito, até aqui, sob o ponto de vista da sua EFICACIA como instituto jurídico; encaramos-nos neste passo, sob o ponto de vista da sua VIGENCIA, para, ao depois, considerarmos as RAZOES por que o momento sancionador da norma que o define OBRIGA.

Vimos como o culto do FATO empolgou toda uma época. O erro oposto consistiu em identificar plenamente a Dogmática Jurídico-penal toda a Ciência do Direito Penal, que, como ciência dogmática e sistemática do Direito Criminal que passou a ser, se resumiu a três momentos: a INTERPRETAÇÃO, a CONSTRUÇÃO e a SISTEMATIZAÇÃO. Vestiu-se, assim, a Ciência Jurídico-penal dos trajes que lhe emprestaram, na problemática jurídico-filosófica em geral, os da escola técnico-jurídica. Embora não seja um formalista, senão relativista e culturalista, RADBRUCH pareceu ter se deixado seduzir por essa tendência metodológica: "DIE RECHTSWISSENSCHAFT IM ENGEREN SINNE. DIE DOGMATISCHE RECHTSWISSENSCHAFT, DIE SYSTEMATISCHE RECHTSWISSENSCHAFT IST DIE WISSENSCHAFT VOM OBJEKTIVEN SINNE DES POSITIVEN RECHTS". ("Vorschule der Rechtsphilosophie", Verlag Scherer, Heidelberg, 1948, I Abschnitt parágr. 1.º, pág. 9).

Tanto mais fértil era, para esse modo de ver formalista, o campo de estudo e tanto mais propícia a sua receptividade, quanto é certo que constitui o Direito Penal uma ciência estruturada essencial e fundamentalmente em TIPOS descontinuos e pré-elaborados. A consagração do "NULLUM CRIMEN, NULLA POENA SINE PREVIA LEGE" não é senão um exemplo do valor do aspecto lógico-formal da norma incriminadora.

Nesse sentido, requer rejeitada a opinião de COSTA E SILVA ("Cód. Penal", vol. I, S. Paulo, 1943, págs. 58 e segs.) que considerou SUPERFLUA a teoria fecunda da "TATBESTANDMAESSIGKEIT", formulada por ERNST VON BELING e aperfeiçoada por BINDING.

O Direito Penal é, na sua essencialidade estrutural, ciência de TIPOS, e, assim, a investigação epistemológica da norma incriminadora assume foros de imprescindibilidade.

Há que evitar, todavia, ainda uma vez, o unilateralismo técnico dos MANZINI MASSARI VANNINI e outros que tais (Cf. UGO SPIRITO, "Storia del Diritto Penale italiano da Cesare Beccaria ai giorni nostri", Turim, 1932, págs. 166 e segs.). Tendo sido reconhecido que o FATO TIPICO (conduta humana e respectivo resultado ligados entre si pelos laços da casualidade e que a lei prevê como fato punível) é elemento constitutivo essencial do delito, incorreram alguns escritos, dentre os quais NELSON HUNGRIA ("Comentários ao Cód. Penal", 1949, pág. 78), no erro de não admitir, no Direito Penal, a analogia "IN BONAM PARTEM". Vêm de molde as críticas que, nesse sentido, lhe foram feitas pelo douto MAGALHAES NORONHA, no estudo que subordinou ao título — "DA ANALOGIA IN BONAM PARTEM" IN: "Diário de São Paulo", de 23-6-1957). A subtração do campo de estudo científico do crime a que processo metodológico não seria permitido, por exemplo, o aborto em caso de gravidez resultante de atentado violento ao pudor, porque a regra do artigo 128, inciso II, do Código Penal brasileiro, só permite ao Estado a renúncia do direito de punir (DIE VERZICHT AUF DEN STAATLICHEN STRAFENSPRUCH) no caso de gravidez resultante de ESTUPRO.

José Roberto Franco da Fonseca

Em se estudando o delito no que se refere assim aos seus anseios de EFICACIA como à sua VIGENCIA, há mistério se conduz necessariamente o pesquisa SUB-SPECIE AXIOLÓGICO-JURÍDICA, atendendo, outrossim, às exigências postas pelo terceiro termo: não há problema de VIGENCIA que se não refira à EFICACIA, nem desta que se possa abstrair totalmente daquela (Cf. MIGUEL REALE "Filosofia do Direito", vol. I, t. II, pág. 510).

IV) O ASPECTO DEONTOLOGICO DA NORMA PENAL

a) O ELEMENTO "ANTI-JURÍDICO" DO DIREITO E A VALIDADE ÉTICA DA NORMA QUE O DEFINE. — A "RECHTSWIDRIGKEIT" dos fatos não é senão a "relação abstrata de antagonismo entre o fato típico e a ordem jurídica em sua integridade" (FREDERICO MARQUES, "Curso de Direito Penal", S. Paulo, 1956, vol. II, pág. 20). Para COSTA E SILVA (LOCO CITATO), a injuriosidade é sempre FORMAL; é MATERIAL, todavia, para VON LISZT, que vê nela a OPOSIÇÃO AO BEM-COMUM, — assim como para M. E. MAYER ("Der allgemeine Teil des deutschen Strafrechts", 1923, págs. 52 e segs.), que considera nela a OPOSIÇÃO A'S NORMAS DE CULTURA. Enquanto ao citado FREDERICO MARQUES, conceituou-a como acima ficou dito, e, nada obstante, a considera FORMAL.

Pelas razões que até aqui se aduziram, e pela própria conceituação fornecida por FREDERICO MARQUES, quer-nos parecer, "data venia" que a ANTIJURICIDADE essencial do delito não há de ser considerada nem formal nem material.

A conceituação de FREDERICO MARQUES é rigorosamente exata; contudo, aquela relação de oposição entre o fato típico e a ordem jurídica na sua integridade encerra, em última análise, a indagação dos FUNDADORES do Direito, e, em especial, da norma penal incriminadora.

Tal indagação, de caráter DEONTOLOGICO, espanta qualquer possibilidade de se estabelecer um "DIVORTIUM ACQUARUM" entre a FORMA e a MATÉRIA do Direito, pelo defenderem os pontos que, até aqui, assentamos: a co-implicação essencial entre a IDEIA DA JUSTIÇA e o CONCEITO DO DIREITO, e a referibilidade daquela ao PLANO HISTÓRICO-CULTURAL.

Por essa razão é que as causas de exclusão da antijuridicidade podem transcender ao campo meramente LEGAL. Mesmo que lhe não transcendam as lindes, tais causas elidem o crime por contempladas quer em regra jurídico-penal, quer em regra jurídica positiva extra-penal, e, num caso ou outro, não foi a sua POSITIVAÇÃO ATUAL que lhes emprestou tal força elisiva, senão o ANSEIO DE POSITIVAÇÃO (POSITIVAÇÃO VIRTUAL) que caracteriza toda regra de direito objetivo "LATO SENSU". Foi, em última análise, o centro irradiador da norma, que bem pode ser o grupo a sociedade, a CULTURA.

Assim, as cogitações em torno da ANTIJURICIDADE essencial do delito envolvem outras, de maior importância, que, em equi, como as referentes aos não obstantes, não ventilaremos FUNDAMENTOS DO DIREITO DE PUNIR, que têm seduzido a humanidade civilizada, e as referentes aos FUNDAMENTOS DO DIREITO "TOUT COURT".

b) O ELEMENTO "CULPAVEL" DO DELITO. — Para

qu o fato típico, todavia, constitui DELITO, não basta que seja antijurídico: a conquista mais HUMANA do Direito Penal foi o banimento da "ERFOLGSHAFTUNG" ominosa, que se inspirou no não menos ominoso "VERSARI IN REILLICITA" do medievo BERNARDUS PAPIENSIS.

Hoje, não há crime sem CULPA (embora o abalizado MAGALHAES NORONHA entenda que o Código Penal brasileiro consagrou, no seu artigo 24, a RESPONSABILIDADE OBJETIVA).

A relação do ato ilícito com o agente envolve um JUÍZO DE VALOR. Não basta a EXISTÊNCIA de vontade que esta indagação diz respeito ao FATO TIPICO; é de mistério se perquiria o CONTEÚDO e o ALCANCE dessa vontade, para que se forme o juízo próprio da CULPABILIDADE.

Para MEZGER, SCHMIDT e outros não menos ilustres, a exclusão extra e supra-legal da CULPABILIDADE é para se admitir, e funda-se na NÃO-EXIGIBILIDADE ("NICHTZUMUTBARKEIT") de conduta diversa daquela por que optou o agente; pois o critério para a aferição da PUNIBILIDADE, consequente à CULPA, é o da CENSURABILIDADE ("VERWERFBARKEIT") da ação.

V) CONCLUSÕES

O crime é, assim, FATO TIPICO ANTIJURÍDICO e CULPAVEL. É objeto assim tri-dimensional porque instituto jurídico, pois é peculiar ao Direito, como objeto histórico-cultural esse caráter tri-dimensional exigido pela sua análise mesma, que vê nele o FATO, a NORMA e o VALOR. Esses três aspectos são co-implicantes e mutuamente referíveis entre si. Por conseguinte a metodologia jurídico-penal há de obliterar os processos tradicionais de inferência (INDUÇÃO-DEDUÇÃO), para constituir-se em processo dialético crítico de que se possa extrair a síntese fecunda da VIGENCIA, FUNDAMENTAÇÃO e EFICACIA da norma penal.

VI) BIBLIOGRAFIA SUMARIA

- FREDERICO MARQUES, "Curso de Direito Penal", S. Paulo, 1956, 3 v.
 COSTA E SILVA, "Código Penal", S. Paulo, 1943, vol. I.
 BASILEU GARCIA, "Instituições de Dir. Penal", S. Paulo, 1954, vol. I, tomos I e II.
 MAGALHAES NORONHA, "Do crime culposos", S. Paulo, 1957.
 MIGUEL REALE, "Fundamentos do Direito", S. Paulo, 1940; "Teoria do Direito e do Estado", S. Paulo, 1940, cap. I; "De Dignitate Jurisprudential", S. Paulo, 1951; "Filosofia do Direito", S. Paulo, 1953, vol. I, tomos I e II; "Horizontes do Direito e da História", S. Paulo, 1956.
 GUSTAV RADBRUCH, "Vorschule der Rechtsphilosophie", Verlag Scherer, Heidelberg, 1948.
 JOSEPH KUNZ, "Zur Problematik der Rechtsphilosophie um die Mitte des zwanzigsten Jahrhunderts", IN: "Oesterr. Zeitschrift fuer oeffentliches Recht", Springer Verlag, Viena, vol. IV, Heft 1, 1951.
 ANDRÉ LALANDE, "Vocabulaire technique et critique de la Philosophie", Paris, 1932, 4.ª ed.
 JULIUS STONE, "The province and function of Law — Law as Logic, Justice and Social Control", Harvard University Press, 2.ª ed., 1950.
 :1 z'-td,

CRAVEIRO, DÁ-ME UMA ROSA

Por MANUEL BANDEIRA

Craveiro dá-me uma rosa!
 Mas não qualquer, General!
 Que eu quero, Craveiro, a rosa
 Mais linda de Portugal!

Não me des rosa de sal.
 Não me des rosa de azar.
 Não me des, Craveiro, rosa
 Dos jardins de Salazar!

A Portugal mando um cravo!
 Mas não qualquer, General!
 Mando o cravo mais bonito
 Da minha terra natal!

Não cravo de Juscelino
 Nem de nenhum general!
 Não cravo (se lá há cravos!)
 Da futura capital.

Mando o puro cravo branco
 Da pátria não oficial:
 Cravo de amor — sem política,
 Só de amor, meu General.

CRAVEIRO, ME DÁ UM CRAVO

Por MATINÉ DANÇANTE

Craveiro, me dá um cravo
 de ferro mesmo, "na dura",
 forjado pelo ferreiro
 que fez tua ferradura.

Não me des um cravo fraco,
 que a gente entorta co'a unha,
 não me vendas nabo em saco
 mandando-me um Paulo Cunha!

Quero ferrar um cavalo
 cujo casco se gastou,
 livre no pasto soltá-lo:
 quero ferrar o Chatô...

Para você um conselho,
 e ao Salazar no pinico:
 o ensamento no relho
 dirá um d.a "aqui não fico"!

Já aportam no Brasil as famosas e resplandescentes viaturas.

Confirma-se a barbaridade. O primeiro e famigerado veículo que vimos, foi o consignado a um impoluto ministro do Tribunal de Contas da União, Notável ministro! Quanto zelo pelas coisas públicas!
 Coisa nojenta.
 É este o marco inicial (oficializado) da inominável roubaria, da inconcebível falta de vergonha!

Que larápios indecorosos! Atribuem-se o título de defensores da justiça e do direito, e sob esse manto intranspassável, praticam as mais desenfreadas ladrocinhas. As normas jurídicas, o direito positivo, viram joguete das unhas desses assassinos; suas mãos grossas e pesadas tripudiam os princípios da moral e da honestidade, conteúdo intrínseco das normas substanciais!

No arripio das leis, esgotam o que elas podem suprir, num complicado trançamento jurídico tudo o que lhes possa favorecer. A hermenêutica das normas jurídicas, célula viva e razão de ser do Judiciário, serviu agora para o descaramento de um ministro, que se aproveitou de uma exegese amorosa de leis, e também "defendeu" o seu. O cadilque desse ministro foi importado com as mesmas concessões de que gozam os deputados e senadores, quer isto significar, sem a exigência da licença prévia.
 Vox populi, vox Dei...
 Até recentemente o povo só se inteirava da maroteira dos deputados sórdida e asquerosa inquestionavelmente...

Mas agora toma conhecimento de que ministro do Tribunal de Contas da União rouba também!

Assim, que fazer?
 Configura-se-nos impossível a solução. Quando os órgãos superiores de uma nação, pressupostamente a essência da honestidade, roubam tão escandalosamente, é difícil o corretivo.
 Quem poderia aplicar-lhes medidas coativas? Os representantes do povo? Mas estes também estão na mexerufada!

E então, que fazer?
 O jeito é desancar a lenha, cada um na medida do possível. Esculchar essa alcateia e destruir o foco.

Fazer campanha de saneamento.
 Eliminar o verme, evitando a sua reprodução prolifera.
 Está francamente na cara que é roubo, e sem vergonhice; e o desafôro é muito maior, porque a rubrica é oficial.
 É o dilúvio!

Um ministro do Tribunal de Contas da União!

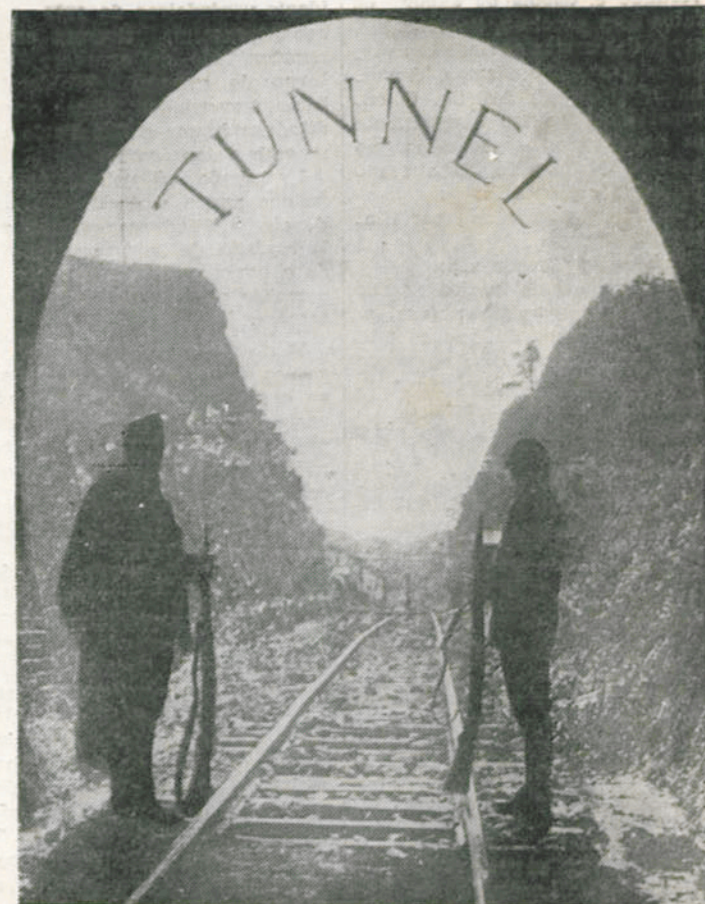
Vergonha das vergonhas! Acinte dos acintes!
 Ladrão!!!

João Di Núbila Filho

Acalanto e marcha

Paulo meu querido
 ontem a água baixou ao nível de teus mortos.
 Eram todos iguais e sonhavam a mesma coisa
 Com as árvores imigrantes transplantadas
 nas trincheiras que gerações abriram em teu peito.
 Com tuas asas cimentadas
 unicamente.
 Com o antigo canto adolescente.
 Por teus profetas mortos
 hoje há sangue no nível de teus olhos.
 Paulo querido
 Paulo arcanjo
 Paulo demônio.
 Paulo inverno
 Paulo tez loira
 Paulo imigrante
 Paulo moreno
 Paulo café.
 Paulo sem dono
 Paulo azevedo
 Paulo orgulho
 Paulo poeta.
 Paulo ferro
 Paulo sem riso
 Paulo só.
 Paulo morto
 Paulo vivo
 Paulo um
 Paulo São Paulo.

Marigê Quirino Marchini



Cetismo

"Vês? — jeremiava o poeta:

Ninguém assistiu ao formidável entêro de tua última quimera..."

Engano, simplesmente! E a magnificência hipócrita das pompas?

Começa-se por abstrair todo e o mínimo personalismo, moderando as exteriorizações mais corriqueiras da natureza humana; passeia-se pela vala comum dos visionários, usurpador "ad eternitatem" por irreprimíveis aproveitadores.

Recalca-se o que foi nunca recalçado em análogas circunstâncias, numa renúncia de expressão obrigada pela solidariedade, esperançosa de compreensão: MOFA!

Perante nós mesmos, não impressiona o "entêro", vez que não "morremos" de quatro. Se se reflete aquêle (q assim) na retina do vulgar quotidiano, no espírito dos belisários, com o significado tortuoso de um sogôbro — IRONIA...

Obliterada a experiência, diluidas as fátuas consequentes, será igualmente afastada a veicidade de futuros tentames.

Indicador Profissional

JOÃO BAPTISTA PASSOS

ADVOGADO

Rua Silveira Martins, 70 — 5.º — S/510 — Tel. 33.9750

J. B. VIANA DE MORAES

ADVOGADO

Rua Senador Feijó, 176, — 2.º andar — Tel: 32.4285

JAYME CORRÊA DE MELLO E ALMEIDA

ADVOGADO

Rua Boa Vista, 185 — 6.º andar — Tels: 33.4400 36.0936 e 37.1981

BERTHO CONDE

ADVOGADO

Praça João Mendes, 182 — 8.º — S/85/86 — Tel. 32.1321

UMBERTO FANGANIELLO

DOMINGOS DAMIA

PAULO MOTTA

ADVOGADOS

Rua José Bonifácio, 278, 4.º, S/412/413 — Tels: 32.8043 e 32.5336

HYGIDIO AUDI

ADVOGADO

Praça da Sé, 247/297 — 5.º — S/529/530 — Tels: 32.4552 e 35.3888

JOSÉ ALFREDO MARCONDES MACHADO

ADVOGADO

Rua Marconi, 31 — 8.º andar — Conj. 81 — Tel 35.6958

ASTROGILDO CRAVINHOS

ADVOGADO

Praça da Sé, 371 — 3.º — S/313/315 — Tel. 33.6980

RAFAEL GENTIL

ADVOGADO

Rua Wenceslau Braz, 16 — 4.º andar — Conj. 2 — Tel. 33.5270

ANIS AIDAR

ADVOGADO

Rua Riachuelo, 44 — 6.º andar — S/63 — Tel. 32.6422

ALMIRO LEAL COSTA

ADVOGADO

Rua Benjamin Constant, 77 — 3.º andar — Tel. 35.7791

P. PEDROSA TAMBELINI

ADVOGADO

Rua D. José de Barros, 239 — 5.º — S/51 — Tel. 36.3537

SIDNEY D'AVILA

ADVOGADO

Rua Senador Feijó, 161 — 9.º — C. 91/92 — Tel. 32.2345

PEDRO VICENTE BOBBIO

ADVOGADO

Av. Casper Libero, 58 — 12.º — S/1.206/1.210 — Tel. 32.6836

Fábrica de Bolsas e Cintos "Bruno"

ESPECIALIDADE EM MODELOS FINOS PARA SENHORAS
BOLSAS E CINTOS — FABRICAÇÃO FINA

Bruno Castellani & Cia. Ltda.

AVENIDA 9 DE JULHO, 722 TELEFONE 36-5 73
SÃO PAULO — BRASIL

Feição de um Presidente Degenerescência do Ensino Superior

"Dos arquivos do "XI de Agosto":
"Roberto Victor Cordeiro é o último presidente do Centro Acadêmico "XI de Agosto" da Faculdade de Direito. Último, porque já amanhã, depois das eleições anunciadas, será substituído. Mas a actuação de Roberto Victor Cordeiro na presidência daquella sympathica agremiação de estudantes merece registro.

OBSERVAÇÕES RESTROPECTIVAS

Quando Roberto Victor Cordeiro se interessou de facto pela vida do Centro, foi eleito vice-presidente, companheiro de chapa de Arnaldo Barbosa. E com elle e os outros companheiros venceu o anno difficil de 1932. Foi então, que Roberto Victor Cordeiro começou a distinguir-se. Fundada em São Paulo a "Liga Paulista Pró-Constituinte", foi o seu presidente. Na sua direcção, guiou com clarividencia os correligionários. Soube orientá-los para conseguir, mais tarde, de outra maneira aquelle sagrado objectivo. Cresceram mais ainda as simpatias pelo jovem estudante. Falava aos companheiros, nas arcadas. Encantava o povo nos comícios. Agradava a todos com palavras de entusiasmo e incentivo. Estava fadado, pois a uma brilhante trajetória.

NO CENTRO ACADEMICO "XI DE AGOSTO"

Interessando-se pelo bom nome de sua Academia, ao lado de bravos colegas, organizava, em horas rápidas o invicto Batalhão "14 de Julho", para a pujante avançada paulista durante a revolução constitucionalista. Todos eram pela constituição. E ele, mentor da classe, não vacilou. Terminou a revolução. E veio depois o fim do ano.

1933, Roberto Victor Cordeiro era candidato á presidência do Centro. Os seus precedentes bem justificavam o ardor com que era defendida a sua candidatura. E, novamente, venceu o seu nome na alegre batalha das urnas. Começava aí, uma phase nova para aquella vida toda impregnada de qualidades superiores. O bem geral era seu escopo.

Uma época anormal foi-lhe de encontro á elevada missão em que o collocaram a dedicação dos collegas de curso. Nem por isso diminuiu o desejo imenso de alcançar a paz para São Paulo e confraternizar os homens de seu país. E trabalhou com afinco. Teve uma colaboração destacada em tudo que se procedeu para este objectivo.

Fôra do ambiente político era sempre o mesmo. Disposto. Atencioso. Em todas as comemorações promovidas nesta Capital ele fez com que o Centro estivesse presente. Em realce. Pela maneira activa de sua representação. Todos ficavam satisfeitos. Porque os rapazes da Faculdade de Direito compareciam aos acontecimentos mais empolgantes da terra. Com o ardor de seu amor á terra. Com o valor de suas forças moraes.

Em colaboração com os demais gremios academicos da Capital, deu brilho e a outros cometimentos a que todo São Paulo de perto, e o Brasil de longe acompanhavam analtecidos. Foram trazidas á Capital figuras notaveis do intellectualismo brasileiro. convidadas nomes consagrados de outras plagas a dizerem á cidade daqui o progresso d'além fronteiras. Movimentou-se a vida academica paulistana. Aumentou-se o intercambio universitario. Os academicos visitaram o Rio de Janeiro e o Interior de São Paulo. Receberam colegas de varios Estados brasileiros.

UMA SERIE DE VALIOSAS CAMPANHAS

Na direcção do C. A. "XI de Agosto", Roberto Victor Cordeiro escolhia a oportunidade para um movimento coletivo. Desde o tempo da Liga Paulista Pró-Constituinte. Depois, a revolução. Quando se tratou de anistiar os implicados no movimento bandeirante. No caso da instalação de cursos juridicos de ensino livre. E mais recentemente, para criação e consequente aumento gradativo do patrimonio inalienavel do Centro. Todos estes fatos encontraram em Roberto Victor Cordeiro um defensor intemerato. Na campanha em favor do direito de voto aos estudantes, embora negado, ele se houve com bastante critério. Com efficientes colaboradores, conseguiu a criação de cargos de estagiarios de policia. A assistencia prestada pelo Centro aos academicos não só de direito, é bastante variada. Cuida dos estudantes de cursos superiores com inexcusavel atenção. E a assistencia judiciaria academica, com serviços gratuitos aos necessitados. Tudo isso é uma revelação parcial da actividade do futuro bacharel, que se despede da classe academica para ingressar no labor diario.

E ele deixa um outro Centro. Mudou a sua antiga e acanhada sala de sessões sob as arcadas. Fundou e instalou o departamento social. Uma linda sede, no Edificio Martinelli. Aumentou a sua vultuosa biblioteca, agora com dependencias especiais. Elevou de 25.806\$000 o patrimonio inalienavel. Fez com que saíssem regularmente os orgãos officiais, notificando a todos a sua grande tarefa em nome dos academicos de direito e, quando solidario, como interprete dos demais orgãos estudantinos paulistano.

E agora então, que ele se encontra prestes a ser substituído, merece, aqui, um justificado elogio ao seu trabalho.

Roberto Victor Cordeiro que por dois longos annos foi mentor prudente, numa continuidade ininterrupta de serviços inestimáveis, agora, depois de formado, já fóra dos bancos tradicionais da veneranda casa de ensino do Largo São Francisco, será em êco sonoro dentro do Centro "XI de Agosto". Porque a sua passagem deixa marcos indelévels de sua dedicação insuperavel. Porque, amigo de todos, ele não mediu forças para a realização de uma tentativa cujo epilogo não fosse um penhor de dignidade e soberania."

EGAS MUNIZ

Num desses respeitáveis jornais da opposição, da eterna opposição, porque não os deixam aderir, encontramos noticia realmente confrangedora: no ano de 1956, os operosos senhores deputados apresentaram 66 projetos de criação de escolas superiores pelo Interior. Sessenta e seis colegas! Sessenta e seis faculdades diversas em cidades onde talvez o número de ginasianos não baste para preencher-lhes a lotação.

E o descrédito total do ensino superior em São Paulo. A organização de uma faculdade não é coisa que se resolve de uma penada. São necessários estudos, planos, ambiente cultural que a ampare. Exigem-se, sobretudo, professores de capacidade acima de qualquer dúvida. Outro fator importantissimo a ser considerado é o dos recursos, que o Estado não possui, para tais projetos. O governo nelas deveria dispender a ninharia de quatro bilhões de cruzeiros. Com o que nosso simpático governador e seu eminente contador (graças aos eêus!) não concordariam, positivamente.

Muito justo é que uma cidade interiorana pretenda seu centro de estudos superiores de sua região. É natural e explicito. O que não se justifica é que os senhores deputados, homens cujo descortino e boa vontade se presumem, adulem demagogicamente os eleitores de sua zona, apresentando projetos de lei dessa natureza, cujas consequências elles bem percebem.

Para elles, entretanto, pouco se lhes dá que a estrutura universitária, a formação intelectual da juventude se avilte, e completamente se perca. Não o importante é criar, para satisfação de eleitores analfabetos, grupos escolares de filosofia, farmácia, medicina e direito, com mestres incompetentes que galgam cátedras pela chicaneria e pela politicalha.

Se a própria Universidade de São Paulo carece dos recursos indispensáveis á manutenção regular dos seus cursos, como podem uns insensatos pretender Faculdades, na boca da mata, onde faltam as Escolas Primárias?

Não se pode deixar ao arbitrio da politica rasteira de demagogos broncos a solução do problema gravissimo, do qual pode depender o futuro da Nação, que é êsse da ampliação caótica e insana do ensino superior, em São Paulo. Esses projetos, urge que o Executivo os tolha e severamente reprima. Só assim se porá um parêdeiro na derrocada que há vários annos se observa no ensino universitario brasileiro, que se desprestigia, e sensivelmente declina.

E nessa deslavada vergonheira, os mais prejudicados somos nós, estudantes de Direito. Enquanto os nossos lúcidos representantes se comprazem, em aventuras ruinosas para a cultura do País, vemos cair no conceito público a importância do curso de bacharelado. Pois se são trintas as Faculdades de Direito! A só existência delas, em tão grande número, desvaloriza o diploma, que elas conferem. E como é conhecida a inclinação brasileira para as letras jurídicas, são exactamente as Faculdades (se é que tais se podem chamar) de Direito que se procuram distribuir, ás dezenas, ás dúzias, á "cupidae legum juventuti".

Vejamos que dirão a respeito os moços do Largo de S. Francisco.



ROBERTO V. CORDEIRO

HORA DECISIVA

Chegou a hora decisiva!... Para nossa felicidade estão rompidas as negociações entre a "Frente Unica" e a dictadura. O caso de São Paulo vai ser resolvido da maneira como o desejam os seus filhos... a bala.

PAULISTAS!...
Chegou o momento em que "A ENERGIA DOS MUSCULOS DA GARGANTA DEVERÁ PASSAR PAR O PEITO, PARA OS BRAÇOS, PARA AS ARMAS", como bem disse um illustre paulista.

PAULISTAS!...
A gloriosa Força Publica de São Paulo e a maioria das tropas federaes aqui aquarteladas estão com o povo bandeirante. A reação armada deve partir deste formidavel rincão da Patria, para não desmentir a raça estependa de nossos avós!

PAULISTAS!...
As armas! Conquistemos a bala a nossa autonomia, porque este é o último meio que nos resta.

As armas! As armas! As armas!... Fazemos a revolução por São Paulo, pelo Brasil, pela Constituição!

T O D O S U N I D O S .

PEDRO ERNESTO BOARIN

ADVOGADO

Praça Antonio Prado, 9 — 12.º andar

Conj. 1.209/1.204 Tel: 33-9357

SÃO PAULO

O Espírito de 1932

Escreve PAULO DUARTE

A história de 1932 está por fazer-se. Por enquanto só existam contribuições esparsas, a maioria apenas descrição das frentes de batalha, aventuras pessoais. Poucos depoimentos apareceram penetrando o âmago do levante, as suas origens, a sua organização e episódios capitais para o verdadeiro estudo e crítica do movimento constitucionalista.

Ultimamente, vinte e tantos anos depois, verifica-se um ressurgimento do entusiasmo pelo lindíssimo episódio histórico e político que por de pé os Estados de São Paulo e Mato Grosso e empolgou a nação inteira, ao ponto de, esmagado embora o exercito constitucionalista pelo exercito da ditadura, foi esta obrigada a cumprir o postulado numero um da revolução de São Paulo que era a constitucionalização do país, o próprio atestado de óbito portanto da mesma ditadura.

Este entusiasmo atual, no entanto quase nada tem a ver com 1932. É a ansia popular que com o pretexto de 1932, explode nas ruas, a demonstrar a sua inconformação com o que se passa hoje no panorama político do Brasil e o novo anseio de libertação. São os primórdios de um novo movimento que, se não houver imediatamente modificação política fatalmente arrebatará com impeto maior e de consequências que não se podem prever, mas certamente terríveis.

Esse desabafo, entretanto, seria apenas justo e simpático, explicável, um ansioso estado psicológico e poderia servir de aviso somente, o aviso que o país devia tomar a sério no sentido de evitar dias negros para todos, se não fosse o uso indêbitos que se faz do grande acontecimento em benefício de grupos e de indivíduos que nada ou muito pouco tem com a revolução de 1932 e com os seus princípios. Assim, vemos à testa dos festejos numerosos indivíduos que ninguém viu em qualquer frente de 1932, mas que falam em nome de 1932 e convidam para as comemorações até personalidades que são o negação do espírito de 1932 e muitas vezes até com promessas de 1932.

Já no ano passado vimos os despojos de Isidoro Lopes carregados ao mausoleo do Ibirapuera por figuras eminentes da aventura de 11 de novembro, representantes exatamente daquela mentalidade torva contra a qual se fez 23 de maio e 9 de julho de 1932. E não é só: os oradores principais, os mestres de cerimônia dos festejos são em geral indivíduos que conhecem 1932 de ouvido... Inutil procurar-lhes os nomes dentre os que achavam na linha dentre os exilados de 1932 e de frente, ou nas posições ou até dentre aqueles que se tornaram guardiães fiéis dos princípios de 1932.

Allás, a não ser a memória daqueles dias gloriosos, muito pouco sobra hoje da epopéia que se fez por um regime de liberdades públicas e de restauração moral, assistimos hoje o Parlamento endossando golpes constitucionalista. Arrancada à Constituição, sob imposição de generais indisciplinados ou favorecendo imoralidades incriáveis, como essa dos "C. dillacs", ou o Executivo transformado em agência de negociações indecorosas, ou a Justiça de mãos dadas com o peculato e a prevaricação, dos quais, através de "habeas-corpus", que fazem estremecer no fundo das sepulturas os ossos de Pedro Lessa ou de Ruy Barbosa, a mesma Justiça se tornou a pedreira carinhosa ou ainda, todos unidos, agora amparados pela maioria esmagadora da imprensa e até Universidades, para aplaudir, panegirizar, endeusar ditadores, concedendo-lhe títulos de cidadania ou de "doutor honoris causa" a opressores como o general Craveiro Lopes, que em sua terra promulga e referenda decretos e leis abolindo todas as liberdades públicas e expulsando professores ilustres das Universidades portuguesas.

Tudo isso, essa paisagem melancólica que apresenta o Brasil, é a negação mesma do espírito de 1932 e não há conciliação possível entre este e as comemorações animadas do clima atual.

Qual era, no entanto, o verdadeiro espírito de 1932?

Pois aí está o que quase se desconhece já e muita gente interessada procura mesmo nas interpretações que não correspondem e até deturpam o verdadeiro sentido do movimento.

O verdadeiro e único espírito de 1932, pode-se resumir numa frase curta e simples: restauração dos princípios de 1930. Esse espírito que um pequeno grupo de aproveitadores renegaram para explorar em proveito próprio uma revolução que foi de todos os brasileiros. Isso e nada mais.

O fato de haver-se formado em S. Paulo meses antes, uma frente única que tornou possível 1932 e, por consequência, dela fazer parte a melhor parcela dos mesmos políticos contra os quais se fez 1930, não significava, como querem alguns falsários cívicos, que 1932 tenha sido contra 1930 ou, melhor, uma contra-revolução. Não significa porque todos os maio, rais do Partido Republicano ou do perrepsismo como eram chamados já haviam aderido, com raríssimas exceções, aos maio, rais de 1930 e que, por sua vez haviam já desertado dos princípios de 1930. Uniram-se eles em 1932, dentro de S. Paulo, quer dizer perrevistas e democráticos, porque afinal se venceram de que a revolução desvirtuada do seu caminho, se tornara uma corrida contra S. Paulo e contra o Brasil fiel a 1930.

Acontece, porém, que os mais eminentes chefes perrevistas de S. Paulo e de outros Estados aderiram, tomaram parte na revolução, mas desde os seus primórdios, desde a conspiração vinha sendo organizada e orientada exclusivamente por chefes violentamente fiéis aos verdadeiros postulados de 1930 e jamais passou pela cabeça desses chefes uma volta ao passado que só os tolos ou alguns politiquieiros poderiam pensar. Basta lembrar que o supremo chefe militar da conspiração, primeiro do movimento, depois, foi o general Isidoro Dias Lopes, o mesmo chefe de 1924, o mesmo chefe de 1930. E o próprio general Euclides Figueiredo, que fôra contrário a 1930 e se tornou conspirador e um dos organizadores de 1932, achava-se integralmente absorvido pelo verdadeiro espírito de 1932, como vamos demonstrar daqui a pouco. Do lado civil, os organizadores principais do movimento constitucionalista eram Julio de Mesquita Filho e o chamado grupo do "Estado" (foi na redação deste jornal que a conspiração nasceu) e ainda os mais eminentes chefes do Partido Democrático, como Francisco Morato, Waldemar Ferreira, Paulo de Moraes Barros, Joaquim Sampaio Vidal, Prudente de Moraes Neto e outros. Foi Julio de Mesquita Filho o verdadeiro autor da Frente Única, pois é quem procurou Alvaro de Carvalho, um dos mais mais prestigiosos chefes do Partido Republicano e propoz-lhe um entendimento leal, sincero e digno com os líderes perrevistas, que não se tinham comprometido irremediavelmente com os solapadores do espírito de 1930. Assim, puderam figurar no quadro conspiratório perrevistas eminentes como Alvaro de Carvalho (que morreria no exílio de 1932), Altino Arantes, Ataliba Leonel, Thirso Martins, J. Rodrigues Alves, Edgard Batista Pereira, Silvio de Campos, Ibraim Nobre e tantos outros inclusive o próprio Pedro de Toledo.

Foi pois com a mais perfeita união de S. Paulo que, quando se formou o primeiro governo paulista revolucionário, o movimento começou a vir para

a rua a 23 de maio e eclodiu a 9 de Julho.

Isto não significa que não houvesse nele elementos saudosistas que se chegaram ao movimento esperançosos por uma volta ao passado e pela restauração daquilo que 1930 destruiu irremediavelmente. Não, varias manifestações surgiram nesse sentido reacionario, mas foi tal a contra-reação que essa minoria se viu sempre obrigada a encolher-se, pois, nos próprios elementos mais numerosos do perrepsismo encontraram os saudosistas os obices os mais decididos contra a vã vaidade.

Basta lembrar, um chefe conhecido da situação anterior a 1930, que, aderido ao movimento de S. Paulo, nos primeiros dias do movimento foi para a rádio e insultou um seu adversário do norte, participante da primeira linha de 1930 e que falara com a ditadura. De tal energia a reclamação que muitos de nós apresentamos ao G. O. G. que esse político foi admoestado e nunca mais obteve o microfone a não ser com o visto das autoridades revolucionárias no discurso que pretendia proferir.

Esses pequenos deslizes ideológicos entretanto nenhum significado assumiram enquanto a sorte nos sorriu. Depois porém que os primeiros grandes reveses se apresentaram, a coisa mudou de figura. Tanto que, um dia, na frente leste, aquela que, em caso de vitória, seria a primeira a chegar ao Rio de Janeiro, chegou um dia uma notícia grave: os saudosistas conspiravam em S. Paulo por uma proposta de acordo com a ditadura. Planejavam eles depor as armas por uma paz de compromisso, em virtude da qual S. Paulo seria entregue a antigos perrevistas, com o afastamento completo dos democráticos e, o que era mais importante, de todos os que lutavam e morriam nas linhas de frente. Para os verdadeiros paulistas, aqueles dias inquietos de agosto e setembro não havia mais democráticos nem perrevistas, o que havia era um S. Paulo em armas, homogêneo, batendo-se para repor 1930 em seus princípios traídos pelo sr. Getúlio Vargas e aqueles que o acompanhavam. Mas havia o grupelho que se infiltrara em alguns setores do G. Q. G. e da administração. Estes reuniam-se em S. Paulo procurando um meio de salvar

a pele em caso de derrota. E o meio de salvar a pele em caso de derrota seria entrar em entendimentos com a ditadura, entregando-lhe S. Paulo e os paulistas intransigentes.

E, agora, surgem as manifestações do verdadeiro espírito de 1932, através dos homens sinceros que faziam a revolução, democráticos, perrevistas e até apartidários.

De fato, a notícia chegou em fins de agosto à frente leste. Realizamos uma reunião em Lavrinhas, onde nos encontramos depois da retirada de Queluz e Vila Queimada e eu fui designado por numerosos oficiais para estruturar a manifestação do pensamento da linha de frente.

Esta manifestação iniciou-se com uma carta enviada ao G.



(Continua na página 8)

O espírito de 9 de julho foi um espírito de luta...

O XI DE AGOSTO

ANO VI

9 de julho de 1957

N.º 4

Conferência do Prof. Waldemar Ferreira no Instituto Histórico e Geográfico:

A Faculdade de Direito na arrancada de nove de julho

"Ao discutir-se, em dias de agosto de 1826, na Camara dos Deputados, o projeto de criação de Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo, não poucos se opuseram, por motivos diversos, a escolha da cidade que fôra, no amanhecer do Brasil, o burgo anchietano.

Destacou-se, entre os opositores, Bernardo Pereira de Vas. concelos, deputado por Minas Gerais, que mais tarde haveria de requerer ao Governo Imperial, sem exito, sua nomeação para lente proprietário de uma das catedras do Curso Jurídico de São Paulo.

Não lhe parecera, como a outros, que a cidade provinciana se achasse em condições de acolher o estabelecimento de ensino jurídico que se lhe destinara. Se, dizia o deputado mineiro, houvesse em São Paulo cinquenta ou sessenta estudantes, estes não teriam onde morar.

Casas de moradia não lhes haveriam de faltar se a cidade que em 1885 Olavo Bilac — egresso do curso medico do Rio de Janeiro e ingresso no curso juridico de São Paulo — houvera como "cidade pequena, feia e escura", em verdade não possuía hospedarias em numero suficiente para o acolhimento dos estudantes, isso lhes ensejou a moradias coletivas tão sugestivamente chamadas de "republicas".

Essas "republicas", que existiram até aos primeiros tempos deste século (de duas, uma à rua Ipiranga, quase na esquina da rua São João, e outra à rua Maria Teresa, quase ao largo do Arouche, fui eu "republicano") e foram o embrião do espirito academico, que hoje se diria universitario, que se engalanaram os moços que frequentaram as arcadas do velho mosteiro de São Francisco — constituiram os focos da formação moral, intelectual e cívica do Brasil, não havia muito erecto em Nação.

Com antevisão de que isso aconteceria, Bernardo Pereira de Vasconcelos, se manifestou contrário à criação de Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo. Ele os preferia na Corte, "Julgo", ou o deputado mineiro, "que para a maior liberdade dos mestres e alunos na explicação e desenvolvimento das doutrinas, convém que por enquanto se estabeleçam estas aulas no Rio de Janeiro. Do contrario, não me admiraria se soubesse que o Presidente da Provincia, onde estivesse o Curso Jurídico, tenha mandado em ferros, para as fortalezas desta Corte, os professores e os estu-

(Conclue na pagina 4)



Aspecto da conferência do dia 6 de maio, no I. Historico e Geografico